

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO ANUAL 2023



MESA DIRETORA

BIÊNIO 2023/2024

SENADOR RODRIGO PACHECO
PRESIDENTE

SENADOR VENEZIANO VITAL DO RÊGO
1º VICE-PRESIDENTE

SENADOR RODRIGO CUNHA
2º VICE-PRESIDENTE

SENADOR ROGÉRIO CARVALHO
1º SECRETÁRIO

SENADOR WEVERTON
2º SECRETÁRIO

SENADOR CHICO RODRIGUES
3º SECRETÁRIO

SENADOR STYVENSON VALENTIM
4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

SENADORA MARA GABRILLI
SENADOR DR. HIRAN
SENADORA IVETE DA SILVEIRA
SENADOR MECIAS DE JESUS

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL

GUSTAVO A. SABÓIA VIEIRA
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

ÍNDICE

03

*CARTA DA
DIRETORA-GERAL*

05

INTRODUÇÃO

06

AMBIENTAL

13

SOCIAL

31

GOVERNANÇA



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, prezada leitora.

Apresentamos, nas páginas deste Relatório, o balanço das principais iniciativas do Senado durante o ano de 2023, a partir de um enfoque ambiental, social e de governança pública. Prestes a completar 200 anos de existência, celebrados em 2024, a instituição compartilha neste volume uma parcela do esforço e dos resultados alcançados pelo seu corpo de colaboradores, formado por profissionais empenhados em mostrar um trabalho de excelência.

É um privilégio para mim, como servidora pública e na condição de Diretora-Geral da Casa, poder preparar as comemorações do bicentenário do Parlamento brasileiro justamente num período em que o Senado demonstra, mais uma vez, que as virtudes políticas da determinação e do equilíbrio estão entre as melhores contribuições que ele oferece ao Legislativo, ao conjunto dos Poderes e ao País. Nosso intuito na Administração não é diferente: trabalhar para que o órgão possa exercer sua missão institucional de fortalecer a democracia, de constituir um espaço em que o Brasil seja verdadeiramente representado e de atuar em sintonia com a vontade da população brasileira.

Completei, em março de 2023, oito anos à frente da Diretoria-Geral e, com esta prestação de contas, espero poder traduzir como foi desafiador fazer frente a acontecimentos inesperados como a invasão do palácio do Congresso Nacional, em janeiro, e às urgentes demandas que os atos de vandalismo impuseram à retomada do processo legislativo em condições de razoável normalidade. Por isto, muito mais do que um resumo das conquistas e evoluções institucionais havidas ao longo de 2023, esta publicação é o relato probatório de que esta Casa nunca deixou de funcionar, e de que ela segue mais viva e atuante do que nunca.

Também reafirmo que o compromisso com a construção de um ambiente laboral igualitário e inclusivo, livre da discriminação e do assédio, segue guiando nossos passos. E que, da mesma forma, estão sempre no centro de nossas prioridades o cuidado com as questões socioambientais, o pressuposto da transparência dos atos e dos resultados da gestão, o incentivo à inovação e o trato eficiente e responsável dos recursos públicos. Sempre há muito a ser feito, mas registramos com alegria os avanços anotados nos últimos meses e, com esperança, as perspectivas que se abrem para o futuro.

Deixo aqui meu convite para que você conheça um pouco do que foi feito no Senado, em 2023, na forma de alguns marcos dignos de registro na atividade legislativa, fiscalizadora e administrativa desta que é uma Casa na qual senadoras e senadores, colaboradoras e colaboradores, servem ao povo brasileiro. Uma ótima leitura e um excelente 2024!



Diretora-geral do Senado

INTRODUÇÃO

As iniciativas ASG, também conhecidas pela sigla em inglês ESG, referentes a aspectos ambientais, sociais e de governança, desempenham uma missão crucial na redefinição do papel das organizações na sociedade contemporânea. O contexto global de desafios climáticos, desigualdades sociais e demandas por transparência e responsabilização exige uma resposta sólida.

Ao adotar práticas que promovem a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a integridade nas operações, as instituições podem se tornar catalisadoras de mudanças benéficas. No caso do Senado Federal, essa postura é ainda mais relevante, uma vez que se trata da câmara alta do Parlamento brasileiro, com ação direta na promoção da justiça social e no fortalecimento da democracia.

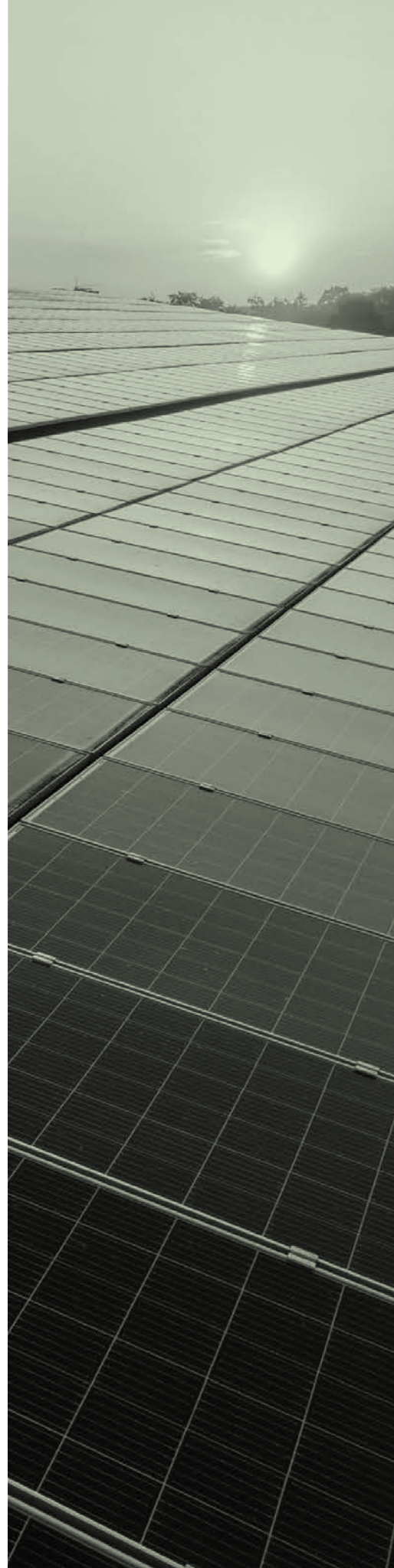
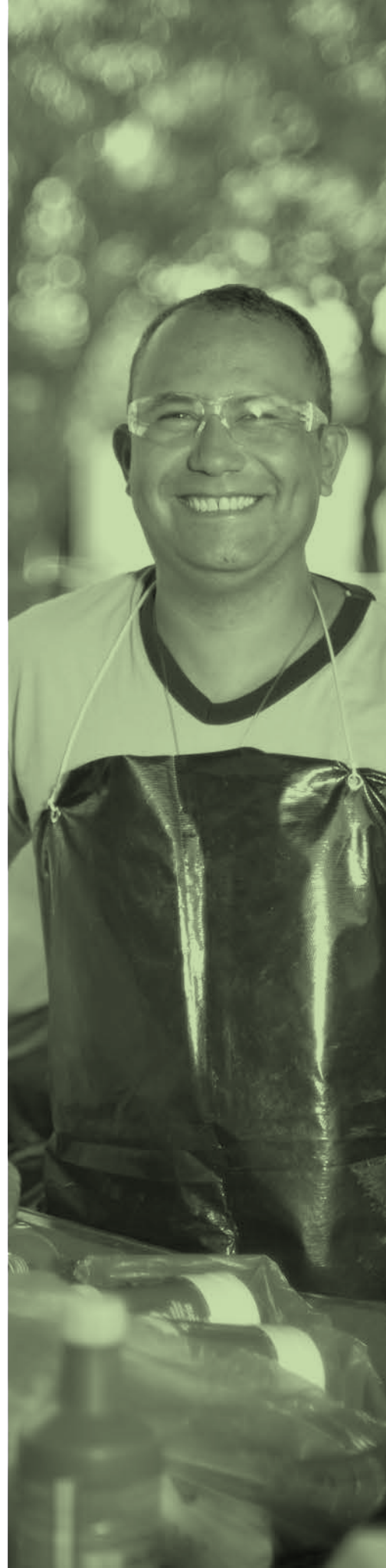
Com esse compromisso patente, a Casa discutiu e aprovou matérias de extrema relevância para o País em 2023. São exemplos a regulação do mercado de carbono, a questão da equidade salarial entre homens e mulheres e o novo marco fiscal. Da mesma forma, a Administração do Senado realizou uma série de ações para a construção de um ambiente inclusivo, transparente e preocupado com a preservação dos recursos naturais, tornando-se referência para outras instituições.

Este Relatório, elaborado pela Diretoria-Geral, apresenta de forma integrada como o Senado trabalhou e evoluiu no último ano, destacando em sua atuação as três dimensões do ASG. Esse registro se deve ao propósito da Casa de construir um legado sustentável, indo além das fronteiras temporais de cada sessão legislativa e de cada legislatura.

AMBIENTAL



A





A agenda ambiental mereceu destaque na atividade parlamentar de 2023, com a votação de projetos relevantes como a regulamentação do mercado de carbono (PL 412/2022), que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Aprovado em outubro pelo Senado Federal e em dezembro pela Câmara dos Deputados, a proposta estabelece, entre outras questões, limites de emissões e regras para vendas de títulos de compensação, além de detalhar os ativos integrantes e sua negociação no mercado financeiro e de capitais.

No Senado, o projeto foi acatado por unanimidade pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Para a relatora do PL 412/2022, senadora Leila Barros (PDT-DF), o dispositivo é de grande valia para o País: “O Brasil possui um grande potencial para assumir um papel de liderança no mercado de redução de emissões de gases do efeito estufa, devido à sua vasta cobertura de vegetação, rica biodiversidade e matriz energética limpa e baseada em fontes renováveis”.

Na perspectiva administrativa, a preocupação com a preservação do meio ambiente e com a diminuição de poluentes é um quesito presente em boa parte das ações desenvolvidas pela gestão. Um reconhecimento deste esforço e comprometimento é a conquista da nota máxima em sustentabilidade, atribuída pelo Tribunal de Contas da União (TCU) à Casa no último ano.

Outros exemplos significativos dos esforços da gestão do Senado em prol do meio ambiente no ano de 2023 são a implantação da nova coleta seletiva, a construção de uma usina fotovoltaica e a adoção de rigorosos critérios de sustentabilidade nos processos de contratação. Confira a seguir mais detalhes acerca dessas iniciativas:



NOTA **MÁXIMA** EM SUSTENTABILIDADE

Como destacado anteriormente, o cuidado com a preservação ambiental e com o aproveitamento adequado de recursos está entre as principais frentes de trabalho da administração do Senado Federal. Em 2023, o esforço da Casa foi reconhecido, com base no levantamento do ano anterior, com a conquista da nota máxima no Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública (Iasa), método de avaliação aplicado anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A condecoração só foi possível porque o Senado preencheu 100% dos requisitos avaliados, em eixos temáticos como consumo de água e de energia, plano de logística sustentável e gerenciamento de resíduos sólidos. Ainda assim, buscando melhoria constante, a Casa lançou, no mês de outubro, uma nova versão do [Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos \(PGRS\)](#), vigente a partir de 2024.

Alinhado com a legislação vigente e com as melhores práticas ambientais, o PGRS tem como foco o gerenciamento eficiente e ambientalmente adequado dos resíduos gerados, prevendo estratégias de controle e monitoramento dos processos produtivos, para evitar descartes ou destinações inadequadas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente, à saúde da população ou ao erário.

As atividades do Programa se orientam por quatro eixos: executar de maneira eficiente a coleta seletiva; estimular continuamente a educação ambiental dos colaboradores e visitantes; realizar a compostagem dos resíduos orgânicos coletados; e destinar de forma ambientalmente adequada resíduos perigosos e especiais.

Sobre os resultados obtidos no último ano quanto ao gerenciamento de resíduos e ao consumo de recursos, cabe ressaltar que as séries históricas das variáveis sofreram forte influência dos efeitos

da pandemia de covid-19, que determinou a redução da circulação das pessoas nos espaços públicos, entre o início de 2020 e meados de 2022. Assim, houve significativa perda de comparabilidade das estatísticas levantadas nesse período.

Em 2023, boa parte das atividades presenciais foi retomada, mas parte da organização adotou a sistemática dos planos de gestão da produtividade, o que garantiu a manutenção de alguns ganhos mensuráveis. Insumos como água, luz e papel sofreram grande influência dessa mudança comportamental. Na pandemia, o consumo desses itens foi reduzido fortemente. E, no pós-pandemia, os índices seguem abaixo das estatísticas registradas nos anos anteriores.

Para ilustrar melhor esse cenário, são apresentados a seguir alguns dos principais registros quantitativos relacionados a aspectos socioambientais, nos anos entre 2019 e 2023.

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS



Quantitativo de resíduos não recicláveis coletados mensalmente na Casa (kg)



Quantidade de resíduos recicláveis [aparas de papéis da gráfica] encaminhados mensalmente (kg)

Ano	kg	kg
2019	27.352	15.340
2020	8.624*	8.961*
2021	8.673*	10.180*
2022	17.747*	12.811*
2023	23.573	15.079

GERENCIAMENTO DE CONSUMO



Consumo de Energia (média mensal – kWh)



Consumo de Água (média mensal – m³)



Consumo de Papel Reprográfico (média mensal – resma)

Ano	kWh	kWh	kWh
2019	1.636.624	12.167	1.636.624
2020	1.309.370*	6.032*	1.309.370*
2021	1.227.801*	7.960*	1.227.801*
2022	1.311.231*	9.447*	1.311.231*
2023	1.295.221	10.115	1.295.221

*Índices impactados pelo afastamento de boa parte das equipes do trabalho presencial devido à pandemia

Coleta seletiva aprimorada

Em 2023, a Casa decidiu reformular todo o seu processo de coleta seletiva, com base nos ideais de simplicidade conceitual, participação da comunidade e rigoroso acompanhamento das etapas e resultados, mensurando com precisão as frações de resíduos recicláveis, não recicláveis e orgânicos. Em novembro, foram concluídos os trabalhos de adaptação do centro de triagem e a capacitação dos colaboradores que atuam na área.

Apesar da recente implementação, os números do programa reforçam a perspectiva de resultados cada vez mais significativos. Para se ter ideia, estima-se que, nos últimos três anos, cerca de 500kg de vidro que poderiam ser reaproveitados foram encaminhados mensalmente ao aterro sanitário. Em 2023, porém, essa realidade mudou radicalmente, tendo sido enviadas mais de duas toneladas do material para reciclagem apenas no segundo e terceiro trimestres do ano.

O objetivo geral do novo modelo é ampliar a fração de resíduos recicláveis e reduzir o volume de rejeitos produzidos. Inicialmente, houve a instalação da infraestrutura necessária, com a premissa de usar apenas três cores para a segregação dos resíduos. Dessa forma, as lixeiras e contêineres cinzas

receberão os resíduos não recicláveis, como chicletes, guardanapos usados, marmitex e restos de refeições. Já as azuis receberão os resíduos recicláveis, como metal, papel, plástico e vidro; e as marrons serão destinadas aos resíduos orgânicos, como cascas de vegetais e borras de café. Para aliar teoria à prática, as equipes operacionais foram amplamente capacitadas e estão prontas para cumprir as convenções de logística adotadas no projeto.

O colaborador **Jarbas Pereira** é um dos responsáveis pela triagem do lixo descartado na Casa. Diariamente, ele percorre diversas áreas para fazer a coleta dos rejeitos e, na sequência, a separação do material. Para este trabalho, o colaborador conta com a parceria de outros sete colegas, que trabalham em regime de escala.

Compromissos para 2024:

- Ampliar a mensuração do atual índice de 0% para 100% de massa de resíduo reciclável
- Reduzir de 328 toneladas (em 2019) para 300 toneladas a massa de resíduo não reciclável
- Ampliar de zero para 20 toneladas a porção de orgânicos compostados

“Tenho aprendido muito desde que comecei esse trabalho, há dois anos, e percebo uma maior conscientização entre os funcionários, especialmente por conta do trabalho feito pelo NCA. Hoje, muitos sabem o que fazer e, quem não sabe, se interessa por aprender.”

Atualização da matriz energética

Alinhado ao compromisso socioambiental e à busca constante pela redução de gastos, o Senado Federal inseriu em sua matriz energética uma variante reconhecidamente benéfica: a energia gerada pela luz solar. Com isso, parte do consumo da Casa deixará de vir da concessionária do serviço público. Na prática, haverá uma **economia anual estimada em pelo menos R\$ 200 mil no valor da conta de luz.**

Para entender como ocorrerá a redução dessa despesa, deve-se considerar que a usina fotovoltaica possui uma potência geradora de 180 kW e um nível médio de irradiação solar, sendo possível estimar que serão produzidos 23 mil kWh/mês de energia. Isto representa uma economia de cerca de R\$ 16,8 mil/mês, visto que a tarifa média paga pelo Senado Federal, no total, é de cerca de 0,73 R\$/ kWh.


O projeto vem sendo conduzido desde que o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) 2019/2021 determinou a implementação de uma iniciativa-piloto de geração de energia fotovoltaica na Casa. Em 2020, concluído esse piloto e a partir de estudos mais detalhados que recomendaram a expansão da rede de geração solar, publicou-se e adjudicou-se o pregão que resultou na assinatura do Contrato 175/2022. Este contrato ainda está em execução e é fiscalizado pela Coordenação de Projetos e Obras, da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra).



Consciência ambiental pauta aquisições

O cuidado socioambiental também está presente nas contratações feitas pela Casa. Seja nas compras de mobiliário, seja nas aquisições de suprimentos de almoxarifado ou de eletrodomésticos, critérios de sustentabilidade e eficiência são levados em consideração.

Nos editais para compra de eletrodomésticos, por exemplo, é exigido o selo de eficiência energética 'A' na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), segundo definição do Programa Brasileiro de Etiquetagem. Os refrigeradores adquiridos são necessariamente isentos de substâncias que ataquem a camada de ozônio, conforme preconizado no Protocolo de Montreal, e o mobiliário comprado para equipar as estações de trabalho não deve conter clorofluorcarbonetos em sua composição. No caso dos móveis fabricados em madeira, o Senado exige o Certificado ou o Selo de Cadeia de Custódia, comprovando que o mobiliário observa critérios de origem e rastreabilidade de insumos, em conformidade com a norma ABNT NBR 14790.



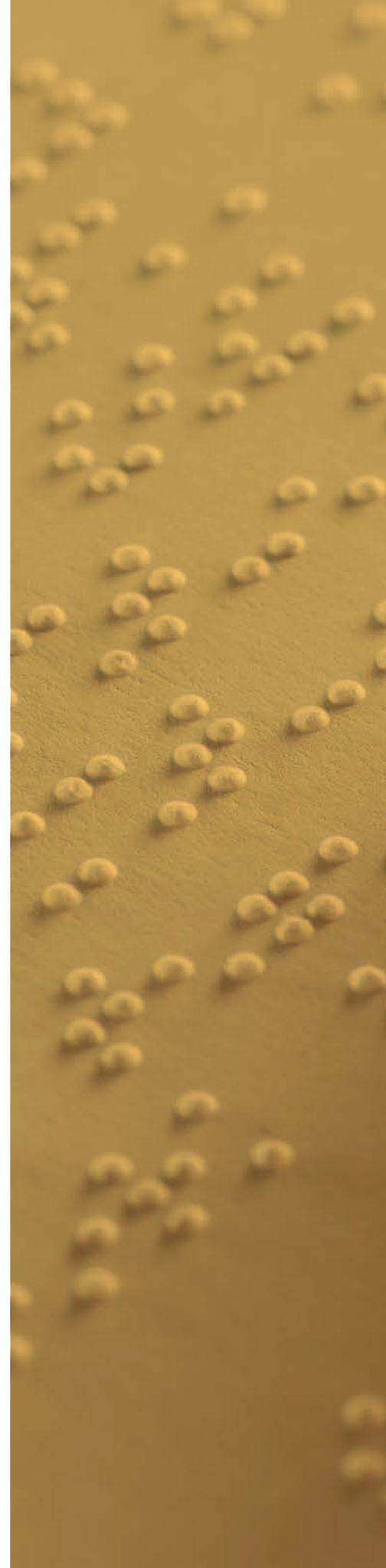
Ademais, a Casa mantém um catálogo de mobiliário funcional, o que permite a padronização de modelos e cores dos produtos utilizados, gerando economia de escala e facilidade de manejo e manutenção a longo prazo. Esse cadastro é usado como referência por outros órgãos públicos, federais e estaduais. Para racionalizar ainda mais a compra de materiais, o Senado também realiza revisão periódica da lista dos bens de consumo e dispõe de serviços de reforma de móveis e de conservação de eletrodomésticos. Isso aumenta a vida

útil dos produtos, diminuindo a demanda por novas aquisições e evitando a produção de sucata.

Recentemente, foi eliminada a compra e distribuição de revistas e jornais impressos pela instituição. Desde maio de 2022, as publicações são disponibilizadas aos solicitantes apenas em formato digital, o que representa uma **economia anual de meio milhão de reais. A medida reduz a compra, o uso e o descarte de aproximadamente 1,5 tonelada de papel ao ano.**

Também não é mais realizada a compra de copos descartáveis de plástico, os quais foram substituídos por copos de vidro, para uso geral, e por copos fabricados de material biodegradável, para uso exclusivo das unidades que fazem atendimento ao público externo. Além disso, foi incluída nos contratos de aquisição de água mineral a obrigatoriedade de logística reversa na manipulação dos garraões, estimulando seu reaproveitamento e reduzindo os impactos negativos ocasionados pelo descarte incorreto desse material.

SOCIAL



Diversidade, equidade e inclusão

Ciente do seu papel de agente transformador na sociedade brasileira, o Senado Federal tem dedicado esforços significativos em prol da justiça social, atuando para assegurar a igualdade de oportunidades e promover respeito às diferenças. Por isso, ações de promoção da diversidade e equidade ocuparam tanto a pauta legislativa quanto a agenda administrativa da Casa, que já se transformou em referência na temática.

Dentre os trabalhos realizados pelo Congresso em 2023, destaca-se a aprovação pelo Senado do PL 1085/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens. O projeto, de iniciativa da Presidência da República, foi sancionado na forma da Lei 14.611/2023 e está em vigor desde julho do último ano. Ao alterar artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o texto determina que, para realização de trabalho de igual natureza ou no exercício da mesma função, homens e mulheres devem ter salários e critérios remuneratórios iguais, não podendo haver distinção de sexo, raça, etnia, origem ou idade.



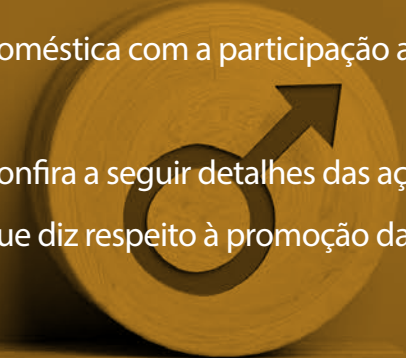
A norma também modifica a multa prevista no art. 510 da CLT para casos de discriminação. Se houver infração às regras, a penalidade corresponderá a 10 vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao funcionário discriminado, elevada ao dobro no caso de reincidência. Anteriormente, a multa era igual a um salário-mínimo, elevada ao dobro nos episódios de recidiva. A nova lei também obriga a publicação semestral de relatórios de transparência salarial pelas empresas com 100 ou mais empregados.

A matéria teve relatoria, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da senadora Teresa Leitão (PT-PE), que comemorou a aprovação do projeto. Segundo ela, apesar de a CLT já dispor anteriormente sobre o assunto, ela não tinha mecanismos explicitados de monitoramento, de fiscalização e até mesmo de punição para quem infringisse a norma – situação agora alterada pela nova legislação. “Essa lei, além de ser focada especificamente nas mulheres, descreve esses mecanismos e ainda vai haver uma regulamentação, para dar rigor maior e mais condições de cumprimento”, esclareceu a parlamentar em entrevista à Rádio Senado.

A Administração do órgão também tem especial preocupação com a promoção da diversidade e da igualdade, dentro e fora dos limites da Casa. Um exemplo disso é a atuação da Rede Equidade, grupo liderado pelo Senado e responsável por promover pautas inclusivas e políticas afirmativas entre as instituições públicas do País, e que teve expressivo crescimento no ano de 2023.

Além disso, o Senado promoveu, no último ano, três importantes pesquisas concernentes ao tema, para nortear tanto ações internas quanto políticas públicas de abrangência nacional. A primeira abordou a temática de gênero e raça entre os colaboradores do Senado; a segunda tratou da diversidade em termos de etnia e raça no ambiente de trabalho, também junto ao público de servidores da Casa; e a terceira teve como foco a violência doméstica sofrida por mulheres Brasil afora. Este último estudo tratou-se do maior levantamento sobre violência doméstica com a participação apenas de mulheres já realizado no País.

Confira a seguir detalhes das ações empreendidas pela instituição no que diz respeito à promoção da equidade ao longo de 2023.



Atuação em rede

O Senado entende que a construção de espaços cada vez mais igualitários e livres de preconceito é um trabalho feito a muitas mãos.

Nesse sentido, o compartilhamento de informações e a troca de experiências com outros órgãos são de suma importância. Por isso, a Casa lidera com afincos a Rede Equidade, grupo que busca ser referência nacional em matéria de inclusão da diversidade na Administração Pública.

Em 2023, a iniciativa ganhou ainda mais relevância, com ampliação significativa no quantitativo de adesões. **A Rede passou de 11 para 18 membros** no último ano, ganhando participantes de peso, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Para um futuro próximo, a expectativa é ultrapassar a marca de 20 órgãos integrantes.

A Rede trabalha com parâmetros norteadores para promoção de uma cultura organizacional inclusiva com foco em gênero e raça, reunidos no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (Modelo IDE). Além de explicitar requisitos mínimos, essa ferramenta permite uma autoavaliação institucional ao longo do tempo, viabilizando o monitoramento dos desafios e das conquistas.



Diretora-geral do Senado Federal, Ilana Trombka, e diretor-presidente da ANS, Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, exibem termo de adesão da agência à Rede Equidade.

Outra vertente de trabalho adotada no ano de 2023 para a promoção da diversidade no Senado foi a realização de pesquisas para ouvir as percepções e anseios daqueles que integram a comunidade interna. Todo o corpo funcional foi convidado a participar de dois estudos sobre equidade e diversidade étnico-racial no trabalho, realizados nos meses de agosto e setembro.

Os levantamentos foram feitos pelo Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça (Coprig), por meio do DataSenado. O primeiro abordou a temática de



Equipe do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça (Coprig), responsável por realizar ações de equidade no Senado Federal.

gênero e raça e contou com a parceria da Procuradoria Especial da Mulher. Ao todo, 703 pessoas responderam ao questionário. Já o segundo, que teve a participação de 463 pessoas, tratou da diversidade em termos de etnia e raça no ambiente de trabalho e foi conduzido em conjunto com o Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça (GT de Raça). Foram ouvidos servidores efetivos, comissionados, terceirizados, jovens aprendizes e estagiários.

Os resultados são significativos e trazem luz a questões complexas. Um deles é o dado de que 71% dos pretos, pardos e indígenas acreditam que o ambiente em que trabalham na Casa é tão confortável para eles quanto para as pessoas brancas, cuja opinião majoritária é a mesma (78%). Quando o assunto é parentalidade, 84% dos participantes pensam que ter filhos(as) não impacta a possibilidade de homens serem convidados para assumir postos de chefia e 52% acham que a maternidade não é um empecilho para o surgimento de convites para as servidoras.

1.166

servidores ouvidos

71%

dos pretos, pardos e indígenas acreditam que o ambiente em que trabalham na Casa é tão confortável para eles quanto para as pessoas brancas

78%

consideram a diversidade étnico-racial importante para o ambiente de trabalho

Quanto às ações de equidade de gênero, ressalta-se ainda a edição da coleção *Escritoras do Brasil*, realizada pela Biblioteca do Senado em parceria com a Secretaria de Editoração e Publicações. Em 2023, foi lançado o 10º volume da série, que busca valorizar a produção intelectual de escritoras brasileiras: a obra *Cantigas das crianças e do povo e danças populares*, de Alexina de Magalhães Pinto. Todas as publicações estão disponíveis na Biblioteca Digital do Senado Federal e acumulam mais de 76 mil *downloads*. No último ano, a Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), vinculada à Universidade de São Paulo (USP), selecionou uma das obras de *Escritoras do Brasil* para as provas de língua portuguesa das edições de 2026 a 2028. Trata-se do livro *Opúsculo Humanitário*, de Nísia Floresta. Essa escolha evidenciou que o trabalho com a coleção tem cumprido seu propósito de promover o reconhecimento e a leitura de autoras brasileiras às vezes esquecidas por parte da produção cultural brasileira.

[Acesse aqui o livro](#)



Boas práticas compartilhadas

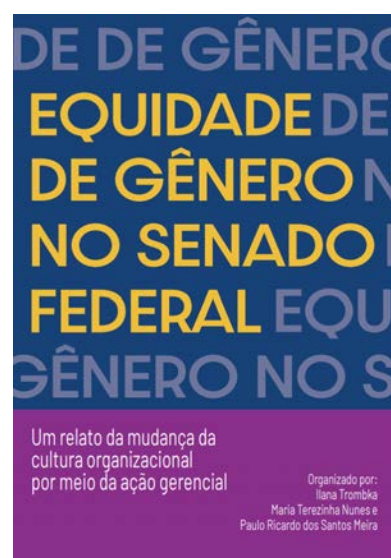
Além das pesquisas, o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça foi responsável por uma série de outras ações realizadas este ano, como o lançamento do Guia de Inclusão e Diversidade LGBTQIA+, cujo conteúdo extrapolou a esfera institucional e chegou às salas de aula, por meio dos pedidos de escolas por exemplares do material. A publicação busca difundir direitos da comunidade e boas práticas relativas ao ambiente laboral, a exemplo da adoção do nome social – prenome pelo qual a pessoa se apresenta e quer ser reconhecida socialmente – ainda que a pessoa não tenha retificado os documentos civis, como já ocorre no Senado.



Diretora-geral do Senado Federal, Ilana Trombka, representante do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal, Thomás Carvalho Côrtes Barbosa, e cantora Flor Furacão participam de evento de lançamento do Guia de Inclusão e Diversidade LGBTQIA+, produzido pelo Senado Federal.



[Acesse aqui o Guia](#)



[Acesse aqui o livro](#)

Também em 2023, houve o lançamento do livro Equidade de Gênero no Senado: um relato da mudança da cultura organizacional por meio da ação gerencial, com artigos de colaboradores da Casa e de autores convidados. O volume compartilha iniciativas da gestão em prol de uma instituição mais igualitária, para servir de inspiração a outros órgãos. É o caso do Programa de Assistência à Mãe Nutriz, instituído em 2016, que prevê jornada de trabalho de seis horas diárias para as servidoras com filhos de até dois anos de idade, e extensão da licença-maternidade até os seis meses da criança. Dados de 2023 indicam que **229 mães já se beneficiaram do projeto** na instituição.



[Acesse aqui o e-book](#)

A disponibilização do e-book Racismo em Pauta, composto por 20 artigos elaborados pelo Grupo de Trabalho de Raça do Senado, foi mais uma ação de relevo da Casa em prol da inclusão. O texto aborda questões como desigualdade e violência contra mulheres negras, entre outros assuntos fundamentais para a construção de uma sociedade antirracista.

A instituição legislativa promoveu ainda o compartilhamento de conhecimentos a nível internacional no último ano. O Senado congregou representantes de todo o continente, no mês de agosto, ao sediar o encontro ParlAmericas, que em 2023 teve como tema "Parlamentos abertos e inclusivos: experiências e estratégias na América Latina". O evento contou com a participação de 15 países e de 40 representantes.

Maior levantamento sobre violência doméstica do País

Outra marca expressiva da gestão do Senado Federal é a atuação no combate à violência doméstica. As frentes de ação passam, essencialmente, pela difusão de informações úteis e esclarecedoras. É preciso conhecer a realidade para mudá-la. No esforço de compartilhar dados reais acerca da temática, a Casa lançou em novembro de 2023 a mais recente edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, com uma marca histórica: trata-se do maior levantamento sobre violência doméstica com a participação apenas de mulheres já realizado no Brasil. Ao todo, foram 21.787 respondentes.

De acordo com o estudo, três a cada dez brasileiras com 16 anos ou mais, ou seja, 30% dessa parcela da população, já sofreram algum tipo de violência doméstica provocada por um homem. A pesquisa mostra também que mulheres pretas, pardas e indígenas percebem um aumento da violência

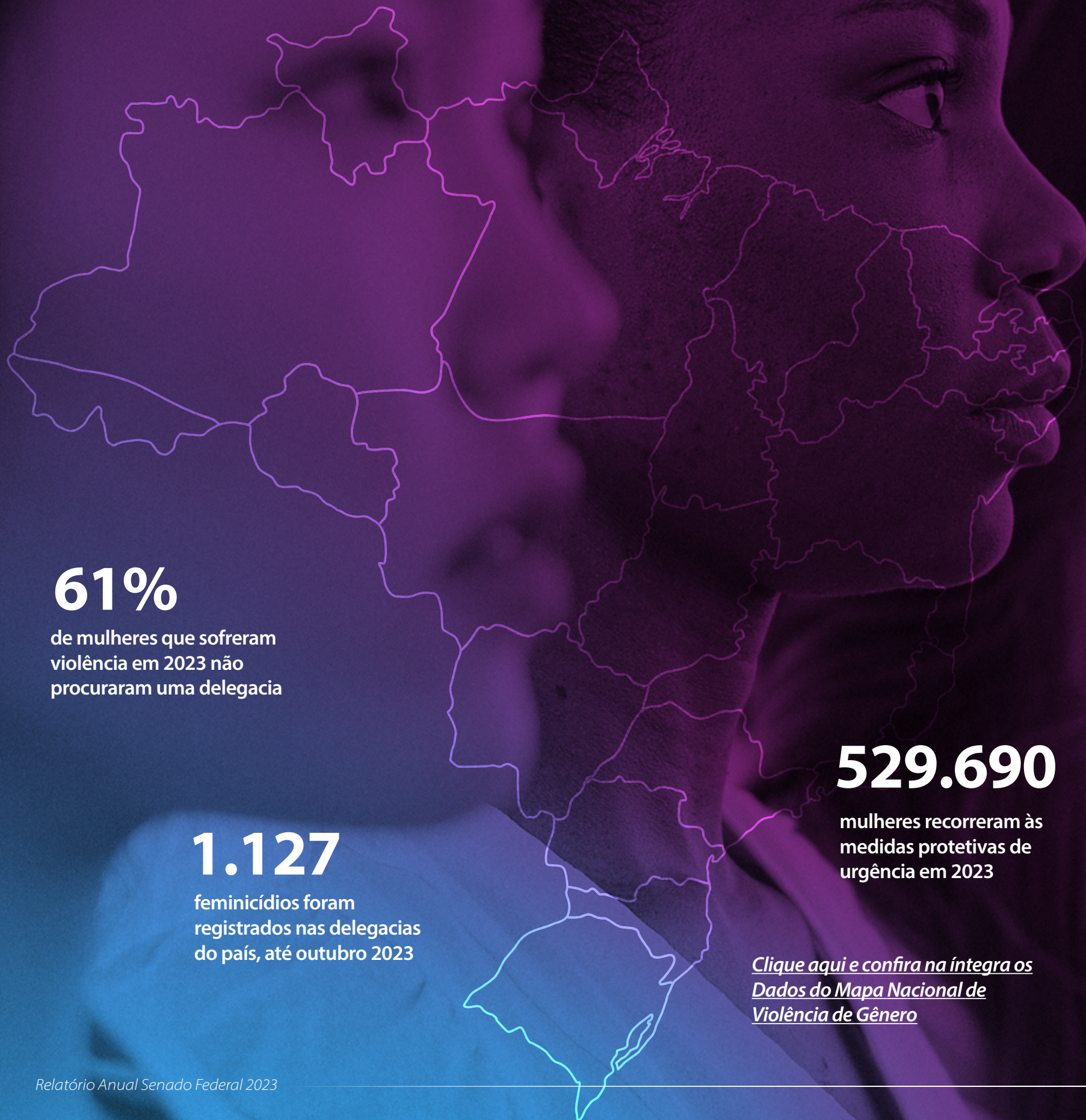
doméstica e familiar em percentuais maiores (76%) que as mulheres brancas ou amarelas (71%). Outro fator que influenciou na percepção feminina sobre a incidência da violência doméstica nos últimos 12 meses foi a renda. Quanto menor o poder aquisitivo, maior a percepção de aumento da violência.

Os números são alarmantes: mais de 25,4 milhões de brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica provocada por um homem ao longo da vida. Dentre elas, 22% declaram que algum desses episódios ocorreu nos últimos 12 meses. A violência psicológica é a de maior incidência (89%), seguida pela moral (77%) e pela física (76%). Cerca de metade das vítimas (52%) sofreram agressões praticadas pelo marido ou companheiro e 15% pelo ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado.

Estes são alguns dos destaques do estudo que traz informações inéditas e de grande valia para o enfrentamento da violência. O material está disponível para todos os cidadãos na [***página institucional do Senado***](#). Realizado bianualmente

pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, o levantamento recebia, anteriormente, o nome de Pesquisa violência doméstica e familiar contra a mulher. O trabalho foi criado em 2005 para dar subsídios ao Parlamento para elaboração da Lei Maria da Penha e, atualmente, apresenta a série histórica mais antiga do País sobre a temática. Nos últimos 18 anos, foram entrevistadas mais de 34 mil mulheres em 10 edições do levantamento.

O perfil das participantes é diverso: são pessoas do gênero feminino, residentes em todos os estados do Brasil com 16 anos ou mais. As entrevistas foram distribuídas por todas as unidades da Federação, por meio de ligações para telefones fixos e móveis, com alocação uniforme por Região e proporcional por UF, considerando a população estimada de mulheres desta faixa etária, segundo os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



61%

de mulheres que sofreram violência em 2023 não procuraram uma delegacia

1.127

feminicídios foram registrados nas delegacias do país, até outubro 2023

529.690

mulheres recorreram às medidas protetivas de urgência em 2023

[Clique aqui e confira na íntegra os Dados do Mapa Nacional de Violência de Gênero](#)

Mapa Nacional da Violência de Gênero

O enfoque do Senado em seu Observatório da Mulher contra a Violência tem sido a transparência de dados sobre a violência contra a população feminina, tanto os produzidos pelas pesquisas feitas em parceria com o DataSenado, quanto aqueles levantados por outros órgãos oficiais. Nesse sentido, o principal trabalho é o Mapa Nacional da Violência de Gênero, que também foi lançado em novembro. A plataforma interativa reúne as bases de dados mais importantes do país relacionadas ao tema.

Vale destacar que o painel – elaborado pelo OMV juntamente com o Instituto Avon e a organização de jornalismo de dados Gênero e Número – será repositório nacional das bases de Saúde (DataSUS – SIM e Sinan), de Justiça (CNJ-DataJus), de Segurança Pública (Sinesp) e da própria Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher do DataSenado/OMV. Os números trazidos serão disponibilizados em uma série de gráficos e visualizações amigáveis e acessíveis, que salientam séries históricas e recortes regionais e étnico-raciais.

Uma das principais novidades é o Índice de Subnotificação Policial, criado pelo Instituto DataSenado a partir dos dados da Pesquisa Nacional, que estima a quantidade de vítimas de violência que não procuraram as autoridades policiais no País. Trata-se de mais uma ferramenta importante para o trabalho de enfrentamento da violência contra a mulher.



Acessibilidade

Os direitos da pessoa com deficiência também foram uma preocupação do Senado Federal em 2023. Na esfera legislativa, foi sancionada a Lei 14.624, de 2023, que altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência ao instituir, em âmbito nacional, o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Fruto do PL 5.486/2020, originário da Câmara dos Deputados, a norma jurídica busca resguardar os direitos das pessoas com deficiências que não podem ser percebidas de imediato. Esse é o caso, por exemplo, da surdez e do autismo. Vale destacar que a fita com girassóis já era usada como símbolo para deficiências ocultas em vários países e em alguns municípios brasileiros, mas agora a política foi expandida para todo o Brasil.

Já no âmbito administrativo do Senado, destacaram-se ações de inclusão como a expansão do uso da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) nas transmissões da TV Senado e o lançamento de ***Cartilha sobre atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)***.

Também houve a ampliação do uso de imagens com descrição para pessoas com deficiências visuais nos portais da instituição e a preparação e divulgação do ***Plano de Acessibilidade 2024-2025***, com ações inclusivas que deverão ser empreendidas pela Casa no próximo biênio, entre outras atividades.

Leia mais sobre as iniciativas do Senado em favor da promoção da acessibilidade a seguir.



Adaptações físicas e tecnologia assistiva

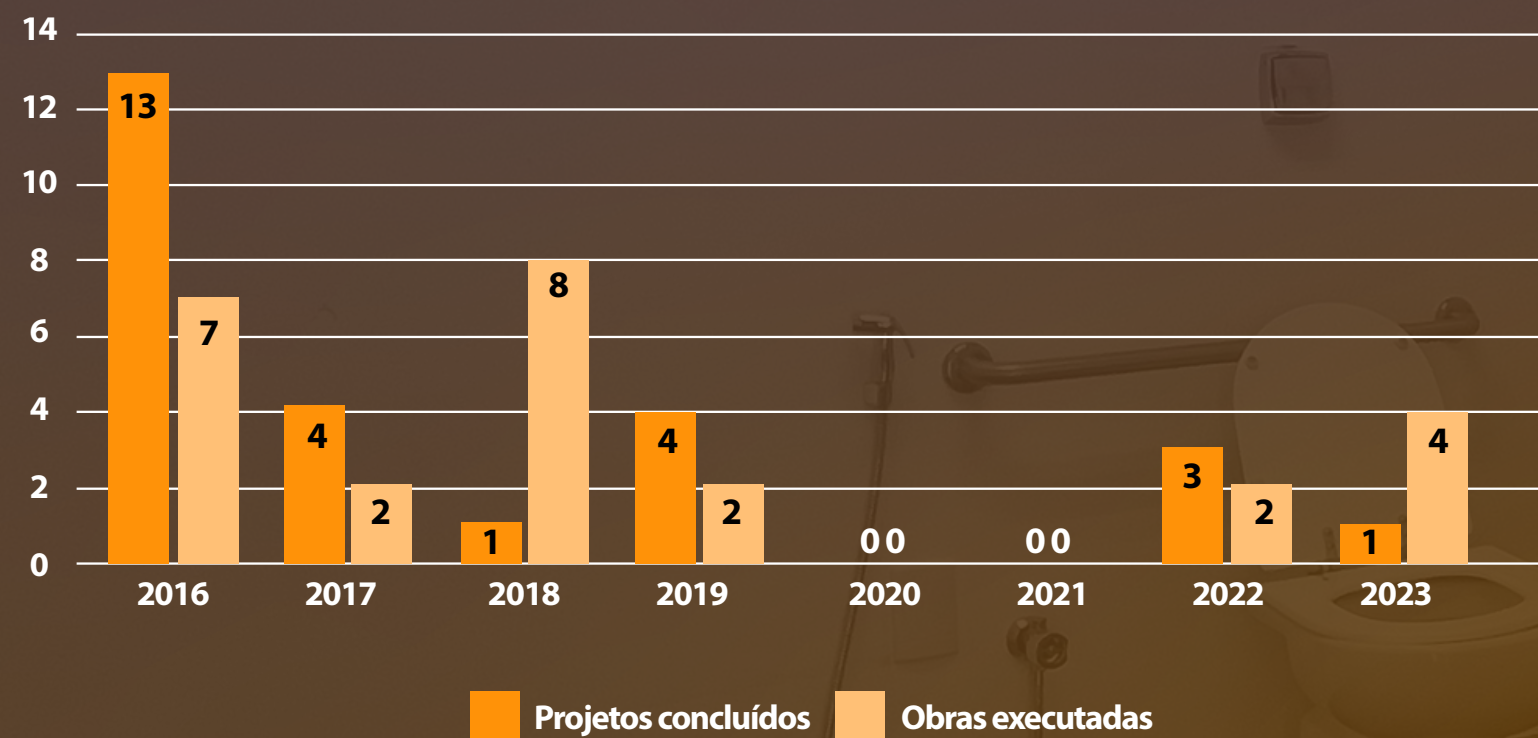
No decorrer dos últimos anos e notadamente ao longo de 2023, o Senado emvidou esforços para se tornar um espaço acessível e inclusivo, não apenas para sua comunidade interna, mas para todos os cidadãos e cidadãs que circulam pela instituição. Nesse sentido, a gestão tem realizado constantemente reformas nos espaços físicos da Casa e adotado iniciativas que derrubam barreiras para a efetiva participação de pessoas com deficiência na vida social e laboral, a exemplo do empréstimo de óculos com sensores especiais acoplados, para pessoas com deficiência visual.

Trata-se do dispositivo Orcam MyEye, item que conta com tecnologia capaz de ler e fazer reconhecimento facial em tempo real, por meio de comando tátil e de voz. O Senado possui quatro unidades do equipamento, sendo que duas delas ficam à disposição do público interno e as demais para os visitantes externos.

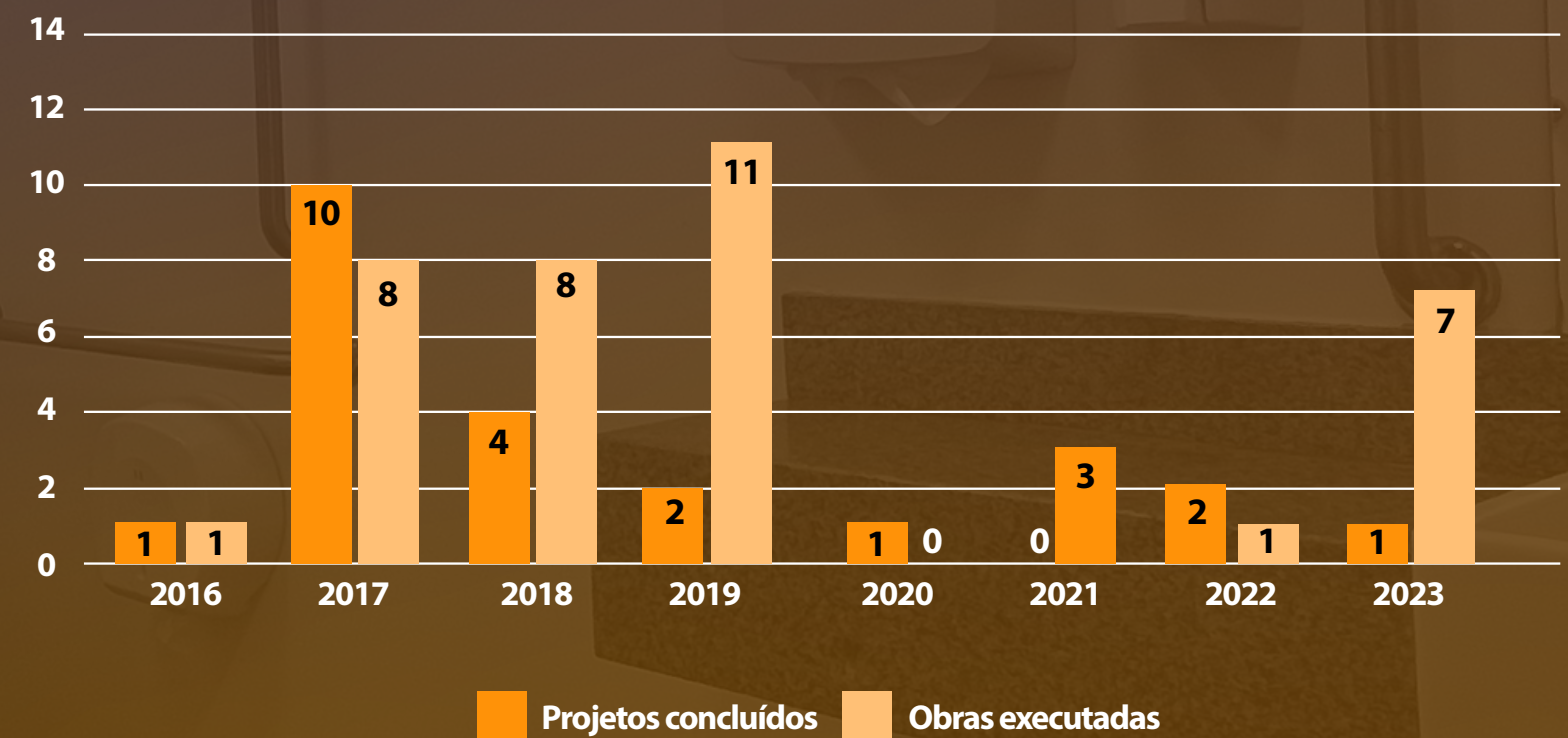
A seguir estão alguns números de intervenções físicas realizadas em prol de um Senado mais inclusivo. Cabe, no entanto, ressaltar que os dados relativos aos anos de 2020 a 2022 sofreram forte impacto da pandemia de Covid-19, já que a maioria das equipes da Casa estava em teletrabalho.



Banheiros adaptados



Reforma em áreas de circulação



Valorização da pessoa com deficiência

Para orientar e monitorar ações inclusivas como essas, o Senado utiliza, desde 2016, o ***Plano de Acessibilidade*** como ferramenta de gestão. Sempre pautado pela legislação e normas técnicas relacionadas à temática, o instrumento tem sido construído de forma colaborativa, com a participação de servidores e de familiares de pessoas com deficiência, que integram um Grupo de Trabalho de Acessibilidade. Em dezembro de 2023, o Senado lançou a versão 2024-2025 do documento, com as atividades previstas para os próximos anos.

A divulgação da nova edição do Plano ocorreu no bojo da 17ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Congresso Nacional no início de dezembro de 2023, que também contou com uma visita inclusiva voltada para o público infantil. O evento teve participação de personagens da Turma da Mônica, fruto de parceria com o Instituto Maurício de Souza, e recebeu crianças com diversos tipos de deficiências intelectuais e motoras, que puderam se reconhecer nos personagens e aprender mais sobre o Parlamento.

Também objeto da parceria com o Instituto, a instalação de uma versão gigante do Sansão – o coelhinho da Mônica – com impressionantes 11,5 metros, na Cúpula do Congresso Nacional, chamou a atenção do público e do noticiário nacional. O coelho gigante trazia nas mãos o cordão de girassol, usado para identificação de pessoas com deficiências ocultas, difundindo a matéria aprovada pelo Parlamento. A ideia é dar uma sinalização à sociedade, gerando empatia e acolhimento, visto que essas condições não possuem sinais físicos óbvios.

Outro marco do período foi o lançamento da ***Cartilha Atendimento à Pessoa com TEA*** – um compromisso institucional, com informações úteis acerca do Transtorno do Espectro Autista. No material, há informações sobre o que é a condição e como ela se manifesta, além das necessidades de apoio para cada nível do TEA e dos direitos previstos na legislação para essa parcela da população.

A programação da Semana contou ainda com a exposição *Acessibilidade em Foco*, contendo diversas tecnologias assistivas utilizadas para a prática de esporte e execução de atividades domésticas, de lazer e de aprendizado. Também ocorreu o lançamento do Calendário em Braille 2024 e uma atividade de capacitação, com técnicas inclusivas para relacionamento com pessoas com deficiência.

Ademais, em 2023, o Senado Federal renovou o contrato de conservação do acervo da Biblioteca com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae-DF). Graças à parceria, oito pessoas com deficiência intelectual atuam como auxiliares de higienização e restauro em livros e periódicos da instituição.

Mais uma iniciativa de inclusão que merece destaque no último ano é a expansão da Rede Acessibilidade. Criado em 2017, o grupo objetiva disseminar experiências e boas práticas sobre acessibilidade. Além do Senado, a Rede conta atualmente com os seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas da União (TCU), Superior Tribunal Militar (STM), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Informação acessível a todos

A questão da acessibilidade não está restrita a aspectos referentes ao uso dos espaços físicos. Ela consiste na transposição dos entraves, de qualquer natureza, à participação das pessoas com deficiência nos diversos âmbitos da vida social. Adotando essa acepção ampla de acessibilidade, a Casa se preocupa em derrubar barreiras e facilitar o acesso de todas e todos aos debates ocorridos no Parlamento, às decisões tomadas e ao conhecimento gerado.

Na TV Senado, o ano de 2023 foi marcado pela expansão do uso da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) ao longo da programação, permitindo que até oito eventos ao vivo pudessem ser transmitidos simultaneamente com tradução para Libras. Até então, era possível realizar a tradução em apenas um conteúdo por vez. Vale destacar que a TV Senado mantém programação não somente em televisão aberta, mas também em canal do YouTube, com mais de 1,45 milhão de inscritos.

Outra ação importante para promover a inclusão das pessoas com deficiência auditiva em 2023 foi a integração do sistema de tradução para Libras da TV Senado com o painel eletrônico do Plenário. Essa medida conferiu ao principal espaço da Casa a capacidade de exibir o intérprete de Libras em tempo real, durante a sessão plenária, o que não apenas amplia a oferta de informação, mas também fortalece a participação ativa do público com deficiência auditiva na vida política do país.

O ano ainda foi marcado pela melhoria da acessibilidade nos portais e sites de internet do Senado Federal. Houve incremento positivo dos índices de acessibilidade em todos os seis portais de internet administrados pela Secretaria de Comunicação (como a home page do Senado e a página Senado Notícias). Atualmente, para esses portais, a média em termos de aderência aos requisitos de acessibilidade do Google LightHouse é de 81%. A ferramenta mede a qualidade de páginas da web, auditando fatores como desempenho, acessibilidade e otimização de mecanismos de pesquisa.

Ademais, as imagens disponibilizadas no Senado Notícias e na Intranet do Senado passaram a contar com descrição apta a ser lida com ajuda de leitores de texto, recurso que permite a compreensão das figuras por pessoas com deficiência visual. Esse processo foi facilitado pela atualização, em março, da versão do gerenciador de conteúdo dos portais, que agora conta com campo nativo para descrição de imagens. Também foi realizado amplo trabalho de capacitação dos colaboradores envolvidos, a partir da divulgação de boas práticas consolidadas em um guia de descrição de imagens, elaborado pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado.

Houve ainda aumento da performance (velocidade de carregamento) das páginas dos portais. Este é um critério relevante de acessibilidade, em especial para aqueles usuários que utilizam conexões mais lentas de internet, sendo essa uma outra medida inclusiva.

Além disso, a disponibilização de publicações em Braille, feita há 25 anos pela Gráfica do Senado, é um bom exemplo de um compromisso duradouro com

a inclusão. Essa iniciativa alcança cerca de 140 instituições de assistência a cegos no Brasil, tornando acessíveis a pessoas com deficiência visual obras como a Constituição e peças relevantes da legislação, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ao todo, o Senado já produziu 601.561 exemplares de publicações em Braille, dos quais 8.123 são referentes a 2023. No ano passado, a obra com maior número de unidades produzidas e distribuídas foi a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021), com 3.000 peças rodadas. Também merece destaque o volume de informativos da Casa publicados em Braille: 1.484 exemplares em 2023.



Relacionamento com a comunidade

A gestão do Senado Federal entende e reforça constantemente seu papel de ser a “Casa do Povo”. Por este motivo, trabalha incessantemente no acolhimento e na prestação de serviços de qualidade para a sua comunidade interna e para os cidadãos em geral. Prova dessa preocupação é o conjunto diverso e exitoso de ações empreendidas ao longo do último ano em prol do bem-estar e do cuidado com o próximo.

Nesse escopo, merece destaque o evento Circuito Saúde, que reuniu mais de mil pessoas no Espaço do Servidor do Senado. O evento ofereceu aos colaboradores da Casa uma série de serviços de saúde, de maneira gratuita, como exames oftalmológicos, testes físicos e de glicemia, aferição de pressão arterial, além de vacinação e doação

de sangue. Tudo viabilizado por meio de parcerias com instituições como a Fundação Hemocentro, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), sem onerar o erário.

Somente nessa ocasião foram aplicadas **1.103 doses de vacina**, contabilizando imunizantes da gripe, de Covid-19, entre outras previstas no calendário nacional de vacinação para os adultos. Já na doação de sangue, a ação reuniu 74 doadores, que contribuíram para renovar os estoques do banco de sangue de Brasília.

Além do Circuito, a Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor promoveu, em 2023, campanha de vacinação

contra a Influenza, distribuindo mais 780 doses do imunizante, e outra ação de doação de sangue, com 44 bolsas obtidas. No mês de outubro, em que se promove mundialmente conscientização para o controle do câncer de mama, a Casa arrecadou verbas para financiar mamografias às colaboradoras terceirizadas, que encontram dificuldades em realizar o exame na rede pública ou privada. Ao todo, **311 mulheres foram atendidas** nessa iniciativa.

O cuidado com a saúde da comunidade do Senado também está refletido nos números de outras iniciativas realizadas no último ano, a exemplo de atendimentos psicossociais e ações de conscientização promovidas pela Casa, como mostrado a seguir:

- **Atendimentos psicológicos: 1.436**
- **Atendimentos sociais: 296**
- **Atendimentos nutricionais: 18**
- **Atendimentos médicos (exceto Outubro Rosa): 527**
- **Emissão de laudos e pareceres técnicos relacionados a saúde e segurança no trabalho: 46**
- **Rodas de Conversa: 47**
- **Divulgação de conteúdos de educação e informação em saúde: 38**

Programa Jovem Senador em prol da cidadania

Outra ação exitosa do Senado é o Programa Jovem Senador, que alcançou em 2023 a marca de 10 edições realizadas e se consolidou como um potente instrumento de fomento à cidadania e à democracia, por meio da aproximação do Parlamento com jovens de todo o País. A iniciativa, criada em 2011, **já mobilizou mais de 1,8 milhão de estudantes e alcançou 50,1 mil docentes.**

O programa é voltado a alunos com até 19 anos do ensino médio das escolas públicas dos estados e do Distrito Federal. Os vencedores são selecionados por meio de um concurso de redação, que propõe um tema diferente a cada ano. Em 2023, o tema foi "Saúde mental nas escolas públicas". Os autores das 27 melhores redações, uma de cada unidade federativa, são automaticamente selecionados para exercer, em Brasília, um "mandato" de quatro dias.

No Parlamento, eles tomam posse e elegem os integrantes da Mesa Diretora. Na sequência, participam de Comissões, presidem sessões, discutem pautas, votam e aprovam projetos de lei. Uma vivência única que marca a vida de cada jovem senador.



Livraria, Museu e Biblioteca difundem conhecimento

A aproximação e atendimento à sociedade por parte da gestão da Casa também se dá pela comercialização de obras literárias, a preço de custo, por meio da Livraria do Senado, que exerce assim importante papel na democratização do acesso ao conhecimento. Em 2023, a venda de livros pela instituição teve resultado recorde: **foram vendidos mais de 200 mil exemplares de livros editados pela Casa, quantitativo 49% maior do que as vendas registradas no ano de 2022.**

Além disso, merece destaque o papel da Biblioteca do Senado na difusão de conhecimento para senadores, servidores e cidadãos em geral. Criada em 1826 para fornecer suporte informacional às atividades da Casa, o órgão se modernizou e ampliou seu alcance, chegando ao mundo virtual em 2006, com a ***Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF)***. No último ano, a plataforma registrou **1.910.583 downloads de arquivos**, evidenciando a relevância do material disponibilizado às comunidades interna e externa.

Para atender às necessidades do seu público, o acervo da Biblioteca é constantemente atualizado. Em 2023, o crescimento foi de 6,77% em relação ao ano anterior, chegando a BDSF à marca de 369.695 documentos cadastrados. Esse volume é seis vezes maior do que o acervo mantido pela Biblioteca Digital no ano de seu lançamento (2006).

Cabe destacar ainda o papel do Museu e da Coordenação de Visitação do Senado no atendimento à sociedade. No ano passado, o Congresso Nacional recebeu **100.709 visitantes**, que puderam aprender mais sobre história, arquitetura e política, a partir do trabalho dessas unidades que preservam e divulgam a memória e o legado da instituição.





Liga do Bem: unidos pelo social

No relacionamento do Senado com a comunidade externa, também é importante salientar os trabalhos liderados pelo ativo grupo de voluntariado conhecido como Liga do Bem, que toca ações sociais em diversas frentes. A Casa acredita que o auxílio ao próximo é uma força transformadora para as comunidades, ao promover o bem comum e moldar um futuro mais solidário e sustentável.

Atualmente, são mais de **500 pessoas envolvidas** diretamente nas atividades da Liga. Os participantes coletam lacres e tampinhas de garrafa a fim de levantar fundos

para adquirir fraldas infantis e geriátricas, distribuídas a pessoas em situação de vulnerabilidade, e cadeiras de roda; refazem o revestimento interno de casas utilizando material isolante térmico produzido a partir de caixas de leite; oferecem cursos de capacitação para pessoas com deficiência; coletam e distribuem diversos itens essenciais, como produtos de higiene pessoal, cobertores e cestas básicas, entre várias outras ações (confira a seguir números de 2023).

Exemplo de comprometimento com as ações sociais, a revisora taquigráfica Patrícia Santos coopera com a Liga

desde 2015, contribuindo com a doação mensal de cestas básicas à população em situação de vulnerabilidade. Movida pela vontade de expandir essa corrente do bem, ela foi aos poucos mobilizando mais colegas da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar para também participar. Agora, cerca de 15 colaboradores do setor colaboram com valores mensais a partir de R\$ 50. A área tornou-se, assim, a principal responsável por essas doações no Senado: em 2023, eles arrecadaram mais de R\$ 26 mil, o suficiente para a compra de 360 cestas básicas.



— É algo muito simples, um esforço pequeno, mas que faz uma diferença enorme pra outras pessoas.

Além disso, a Secretaria é parceira constante na campanha de fim de ano do Senado, em que são recebidas as cartas ao Papai Noel enviadas por crianças em situação de vulnerabilidade social. Os servidores fazem um esforço de arrecadação para atender até mesmo aos pedidos de maior valor, como tablets e celulares, realizando os sonhos de muitas meninas e meninos a cada Natal.

Dentre os múltiplos trabalhos da Liga do Bem em 2023, algumas iniciativas merecem destaque. É o caso da 1ª Oficina de Corte e Costura para mulheres atendidas da Associação Pestalozzi com deficiência intelectual, realizada na sede da Liga. A iniciativa buscou ensinar às alunas uma ocupação, bem como integrá-las às atividades de voluntariado do Senado. Isto porque, durante o curso, elas produziram bolsas para serem doadas na campanha Tudo para Elas, em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres. Nesta ação, os voluntários recolheram itens de

higiene pessoal e beleza, para doação em instituições que abrigam idosas e mulheres vítimas de violência.

A Liga do Bem também realizou em 2023 uma oficina de automaquiagem para 14 alunas com deficiência visual. Durante a iniciativa, foram transmitidas técnicas e dicas para as participantes, além de serem trabalhadas questões como empoderamento e autonomia.

Outra relevante ação do grupo foi a Oficina Legislativa do Bem, que buscou apresentar o processo legislativo a pessoas com necessidades especiais, para que elas possam sugerir projetos de lei que atendam suas demandas. O projeto contou com parceria do e-Cidadania e atendeu assistidos da Associação Pestalozzi com deficiência intelectual. A partir da oficina, três ideias legislativas foram enviadas ao Senado.

No mês de outubro, como já é tradição, a Liga promoveu uma extensa campanha de arrecadação de acessórios, além do corte solidário para confecção de perucas destinadas a mulheres e crianças que perderam os cabelos no tratamento do câncer. Este ano foram doados à Rede Feminina de Combate ao Câncer 1.300 mechas de cabelos, 253 lenços, 124 faixas turbantes, 47 bonés ou chapéus, duas perucas e dois apliques. Já o Hospital da Criança de Brasília José Alencar (HCB) recebeu 100 bolsas, 120 lenços infantis, 32 diademas e 47 turbantes infantis.

Dado o sucesso das iniciativas da Liga, a TV Senado estreou, no dia 5 de dezembro do ano passado, data que celebra o Dia Internacional do Voluntário, um documentário sobre o grupo. O programa, com duração de 28 minutos, foi ao ar em dois horários e mostrou o empenho dos colaboradores do Senado que se dedicam a ajudar quem mais precisa.

Voluntariado em números - Dados de 2023

**Mais de 370
cestas
básicas
distribuídas**

**Mais de 8
toneladas
de lacres e
tampinhas
coletadas e
vendidas**

**Mais de 500
pacotes de
fraldas
infantis e
geriátricas
distribuídas**

**7 cadeiras
de rodas
entregues**

**6 casas
melhoradas
com
revestimento
o térmico**

**1.100 itens
de frio, como
cobertores,
roupas e
acessórios,
distribuídos
no inverno**

**1.307
mechas de
cabelo
arrecadadas
durante o
Outubro
Rosa, para
confeção de
perucas**

GOVERNANÇA





A governança pública é a base para o bom funcionamento do Estado, com vistas à promoção do bem comum e ao atendimento das demandas da sociedade. Gestão eficiente dos recursos, *accountability*, transparência e eficiência a partir da melhoria constante são pilares da governança e preocupações ininterruptas do Senado Federal, que busca contribuir para o progresso do País de forma responsável e sustentável.

Na agenda legislativa, temas de grande importância para a governança pública foram apreciados pelos parlamentares, que atuaram ainda na fiscalização e no controle dos agentes públicos. Um dos destaques de 2023 foi o debate do novo regime fiscal. Em junho de 2023, o Senado aprovou o PLP nº 93/2023, de iniciativa do Presidente da República, que objetivava substituir a regra do teto de gastos. A matéria foi convertida na Lei Complementar nº 200/2023, que agora regula o novo arcabouço fiscal.

As regras aprovadas procuram manter as despesas abaixo das receitas, a cada ano. A despesa primária conta com limites reajustados pelo

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por um percentual de crescimento da receita primária, descontada a inflação. Havendo sobra orçamentária, os recursos deverão ser usados apenas em investimentos, de modo a buscar uma trajetória de sustentabilidade para a dívida pública. Dada a urgência da matéria, a tramitação no Senado ocorreu em menos de um mês.

Com essa mesma agilidade, a gestão do Senado atuou na recuperação dos danos ao Palácio do Congresso Nacional provocados pelos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro. O trabalho de restabelecimento do patrimônio arquitetônico, histórico e artístico foi realizado em tempo recorde – em menos de um mês, a grande maioria dos reparos já estava concluída – e com custos abaixo do estimado.

Para isso, o bom planejamento administrativo da Casa foi fundamental. Mesmo diante dos eventos inesperados, a gestão realizou apenas uma contratação emergencial, destinada à substituição do carpete do Salão Azul, bastante depredado pelos vândalos. Todos os outros serviços foram efetuados seguindo o rito usual de contratações do órgão ou

utilizando contratos de manutenção já em vigor. Uma prova de que o plano de contratações da instituição é responsivo e bem dimensionado.

Outro indicativo do bom trabalho da gestão foi o reconhecimento conferido à Casa Legislativa pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que indicou o Senado Federal como órgão da administração pública federal direta com melhor nível de aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133, de 2021).

Além disso, menos de 20 dias após os ataques, a Administração recepcionava novos servidores do órgão, aprovados no concurso público promovido em 2022, após grande esforço de diversos setores da instituição. Com essas nomeações, várias unidades do Senado puderam suprir parcialmente a carência de pessoal, o que contribuiu para o atingimento de importantes resultados em 2023 e para a prestação de um serviço de qualidade aos senadores e cidadãos.

Leia mais a seguir sobre as ações do Senado Federal relacionadas a governança pública no último ano:

Gestão Responsável

O ano de 2023 teve início com um grande desafio para a gestão do Senado, devido aos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro, mas a Casa respondeu à altura, fiel ao seu propósito de preservar a democracia e com a agilidade que a situação demandava. As prisões dos envolvidos começaram a ocorrer naquela mesma noite. No Senado Federal, a Diretora-Geral, Ilana Trombka, e o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), presidente em exercício do Senado, chegaram ao Palácio do Congresso ainda no domingo para avaliar os estragos.

Na segunda-feira, 9 de janeiro, os principais gestores do Senado se reuniram, traçando a estratégia de reconstrução dos estragos causados ao edifício do Parlamento. E a resposta foi rápida: em menos de um mês, boa parte dos reparos de infraestrutura estava concluída. Por iniciativa do presidente Rodrigo Pacheco, uma sessão foi realizada no Plenário ainda em janeiro. A partir de fevereiro, com o início do novo ano legislativo, o clima voltara a ser de normalidade nos corredores e salões.

Além da pronta resposta da Administração, contribuiu para a recuperação célere da Casa a atuação da Polícia Legislativa. O Senado foi a instituição menos atingida pelo vandalismo graças à estratégia de segurança adotada e à mobilização dos seus policiais, que montaram uma barreira efetiva. Muitos servidores de folga e de



férias compareceram ao Congresso para reforçar o efetivo, que se concentrou no Salão Azul, Túnel do Tempo e ala das comissões, para conter o avanço dos vândalos sobre os gabinetes.

Ainda assim, os atos antidemocráticos deixaram sinais nos muitos vidros quebrados, paredes manchadas, carpetes imundos, mobiliário danificado e entulho por toda parte. Também foram atacadas diversas obras de arte e vários objetos musealizados. **A previsão inicial era de que o custo total das obras de recuperação ficaria entre R\$ 3 milhões e R\$ 4 milhões, mas o Senado tem conseguido efetuar os serviços necessários com desembolso bem inferior:** até o momento, foram gastos R\$ 1.220.095,26 com os reparos prediais e a recuperação das peças de valor artístico e histórico. As estimativas referentes aos serviços remanescentes apontam que o **dispêndio total não deve ultrapassar R\$ 2,2 milhões.**

Os serviços de manutenção nas dependências do Senado totalizaram R\$ 889.412,28, incluindo os custos com insumos e mão de obra. Nessa conta, entraram serviços como a pintura da cúpula do Senado, com custo total de R\$ 26.650,67; a substituição de vidros quebrados da fachada do edifício principal e das salas da galeria superior de acesso aos plenários, somando R\$33.283,24; diversos serviços de marcenaria, como reparos de portas, bancadas e balcões, que totalizaram R\$ 32.253,45; e a recuperação mais dispendiosa de todo o grupo: a substituição do carpete azul royal do Salão Azul. Os serviços de limpeza, reparo do contrapiso, aquisição e instalação dos 300m² do novo material, junto aos custos de material e mão de obra envolvidos nessa operação, somaram R\$ 710.450,37.

A maior parte dos trabalhos de manutenção relativos aos estragos efetuados em 8 de janeiro foi concluída em menos de 30 dias. Apenas alguns serviços mais complexos, como a recomposição do revestimento de mármore da rampa do Congresso, tiveram prazo de execução mais prolongado. Todas as ordens de serviço foram concluídas até abril, três meses depois dos ataques.

Quanto aos objetos musealizados, foram danificadas 21 peças, incluindo itens históricos como um tinteiro e uma escrivaninha do século XIX e uma cadeira neoclássica do período imperial, além de obras de arte, a exemplo da tapeçaria de autoria de Roberto Burle Marx e da pintura a óleo “Trigal na Serra”, do artista Guido Mondin. Dessas peças, 19 já foram restauradas e devolvidas aos seus respectivos espaços, restando apenas duas em processo de recuperação: a pintura a óleo “Ato de Assinatura da Primeira Constituição”, do artista Gustavo Hastoy, e um painel do artista Athos Bulcão.

O custo total com as atividades de restauração está calculado em R\$ 1.274.282,00. Esse montante baseia-se na soma do número de horas trabalhadas pelos profissionais de conservação e restauração, dos custos de insumos e equipamentos e da contratação de eventuais prestadores de serviços. O montante referente às obras ainda em processo de restauração é estimativo, podendo haver variações para mais ou para menos, de acordo com o tempo gasto em cada peça.





Dentre as restaurações concluídas, uma das mais dispendiosas foi a recuperação da tapeçaria de Burle Marx. No dia 8 de janeiro, a obra de arte foi arrancada de seu nicho, rasgada, molhada, atingida por urina e rasgada. Inicialmente, ela foi aberta na galeria do Plenário para secagem, sendo depois levada para o Salão Nobre. Em reunião com restauradores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), decidiu-se pelo melhor acondicionamento provisório, para aguardar a contratação de empresa especializada nesse tipo de restauração, uma vez que o Senado não possui expertise nesse tipo de suporte. Após as providências legais, foi contratado o ateliê do restaurador Raul Carvalho, em São Paulo, pelo valor de R\$ 236.200,00, incluindo a restauração, o transporte e o seguro da obra. A tapeçaria foi devolvida ao Salão Negro do Senado no dia 23 de outubro, completamente restaurada.

A recuperação de tantas peças foi um desafio para a equipe de especialistas do Museu do Senado, composta por quatro profissionais, sendo um mestre artesão especialista em madeira; um conservador-restaurador especialista em madeira e objetos tridimensionais; um conservador-restaurador especialista em pictografia e objetos tridimensionais; e uma conservadora-restauradora especialista em papel. Sendo o espaço físico do laboratório limitado, foi improvisada uma bancada na reserva técnica, onde estagiários e outros profissionais auxiliaram na higienização e recuperação das peças.



Apuração de responsabilidades

Além da recuperação do patrimônio público, também vale ressaltar o trabalho empreendido em 2023 no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, destinada a investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro. A CPMI contou com 16 senadores e 16 deputados federais titulares, além de igual número de suplentes, para avaliar se houve, na ocasião, tentativa de golpe de Estado e de abolição do Estado Democrático de Direito, bem como para apurar as responsabilidades dos envolvidos.

Em cinco meses de funcionamento, a Comissão analisou **mais de 23 mil arquivos, totalizando cerca de 7,4 terabytes de dados**. O relatório final da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) foi aprovado em 18 de outubro. O texto pede o indiciamento de 61 pessoas, entre as quais diversas autoridades constituídas. Também requer o indiciamento de integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e da Polícia Militar do Distrito Federal, além de empresários acusados de financiar manifestações contrárias ao resultado das eleições de 2022.

Gestão orçamentária e uso consciente de recursos

A responsabilidade com a qual a Administração do Senado conduziu os trabalhos de restauração do Palácio após os ataques antidemocráticos, com economia e eficiência, esteve presente em toda a gestão orçamentária e financeira da Casa. Tanto no que diz respeito às despesas de custeio, quanto às verbas de investimento, o órgão manteve sua conduta alinhada a boas práticas de planejamento e controle.

Sobre o exercício de 2023, merece destaque a preocupação da gestão em aplicar devidamente o orçamento de investimentos do Senado, a fim de promover importantes melhorias para a instituição. No último ano, **a soma das despesas empenhadas de investimento foi de R\$ 69.548.618,24, superior tanto ao valor executado em 2022 (R\$ 33.655.530,72) quanto à média anual entre os exercícios de 2019 e 2022 (R\$ 25.856.421,05).**

Se considerarmos a média do quadriênio anterior, o aumento observado foi da ordem de 169%. Em relação ao total empenhado de investimento em 2023, destaca-se que 49,16% desse montante destinou-se à aquisição de equipamentos e materiais permanentes e 23,60% a serviços relacionados à tecnologia da informação. Confira na página **53** mais detalhes sobre as melhorias promovidas no Senado durante o último ano.

Cabe ressaltar que as despesas orçamentárias da Casa são permanentemente monitoradas pela Auditoria do Senado, a fim de verificar se os montantes foram contabilizados de forma adequada e se o balanço patrimonial está conforme. De janeiro a agosto de 2023, o **controle interno avaliou mais de R\$ 2,5 bilhões** em despesas orçamentárias do órgão e não encontrou irregularidades, evidenciando a correta aplicação dos recursos públicos confiados à Administração.

A análise dos gastos foi feita em consonância com a instrução normativa 84/2021 do TCU, que prevê análise de pelo menos 75% de todos os gastos dos órgãos públicos. Os números do terceiro quadrimestre de 2023 seguem em análise e terão os resultados divulgados em março de 2024.

As contas que movimentam mais recursos são o foco do trabalho de auditoria. Elas são analisadas por meio de testes específicos, a partir de uma base amostral de tamanho definido por critérios técnicos. A atividade envolve os macroprocessos críticos do Senado, que englobam áreas como gestão de pessoas e tecnologia da informação. Para aferir a legalidade, a regularidade e a correção do emprego dos recursos públicos pelo Senado, **as equipes da Auditoria dedicaram mais de 39 mil horas de trabalho no último ano.** Ao todo, foram 19 ações de controle, que resultaram em 774 entregas.

Referência em licitações

Outro reflexo da preocupação da Casa com a boa gestão pública está no reconhecimento do Senado Federal, em 2023, como **órgão da administração pública federal direta com melhor nível de aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos** (Lei 14.133, de 2021), segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). O levantamento é fruto de auditoria realizada sob relatoria do ministro Benjamin Zymler, preocupado com a fraca observância ao novo regramento jurídico a nível nacional.

O resultado alcançado pelo Senado derivou de uma atuação célere da Administração, que instituiu o Comitê de Acompanhamento de Implementação da Nova Lei de Licitações tão logo a norma foi sancionada, para adequar os procedimentos do órgão aos novos critérios.

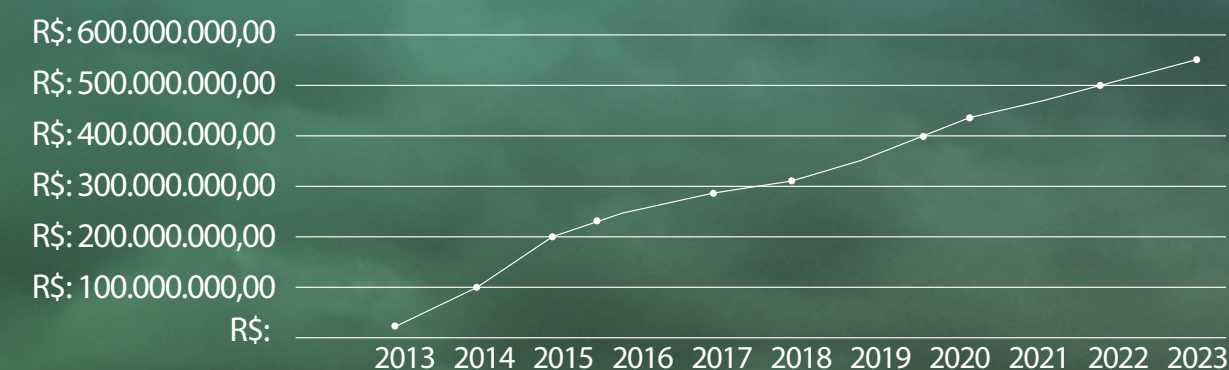
Também contribuiu para o êxito deste processo de adaptação a proatividade da gestão do Senado em promover capacitação e disseminação sobre o tema, por meio de cursos, palestras e outros eventos.

Em outubro de 2022, a instituição já se encontrava plenamente adaptada ao novo ordenamento, após exitoso processo de transição, sendo um dos pioneiros na realização de licitações eletrônicas utilizando o sistema de compras do governo federal (compras.gov.br). Em 2023, **o Senado realizou 141 contratações sob a nova legislação**, um número que destoa da realidade nacional. Dados do relatório do TCU mostram que, entre agosto de 2021 e julho de 2023, apenas 3,7% das licitações, excluídas as contratações diretas, utilizaram a atual lei.

Em sintonia com a nova legislação, o Senado elabora anualmente seu Plano de Contratações com o objetivo de racionalizar as aquisições e garantir alinhamento com o planejamento estratégico, bem como de subsidiar a elaboração do orçamento do ano. Na Casa, o documento é aprovado pelo Comitê de Contratações, que inclui representantes de diferentes unidades.

A Administração busca utilizar os instrumentos mais eficientes para o objeto em questão, além de realizar pesquisas de preço e negociações que culminem no melhor uso possível do recurso público. **Apenas este ano, o Senado economizou mais de R\$ 42 milhões nas licitações**, frente ao valor de referência do produto ou serviço contratado. Essa economia é fruto de descontos obtidos nas tratativas empreendidas ao longo dos processos licitatórios. Nos últimos dez anos, a economia acumulada já ultrapassou o montante de meio bilhão de reais, conforme detalhado no gráfico a seguir:

Economia acumulada



O compromisso do Senado com a economicidade e a eficiência no âmbito das contratações também está evidenciado no fato de a Casa, historicamente, realizar pouquíssimas contratações emergenciais – padrão que se manteve em 2023, apesar dos eventos de 8 de janeiro.

Nos últimos cinco anos, apenas três contratações emergenciais foram realizadas pela gestão: duas em decorrência da pandemia de Covid-19, em 2020, e uma para recuperação do carpete do Salão Azul, depredado nos ataques.

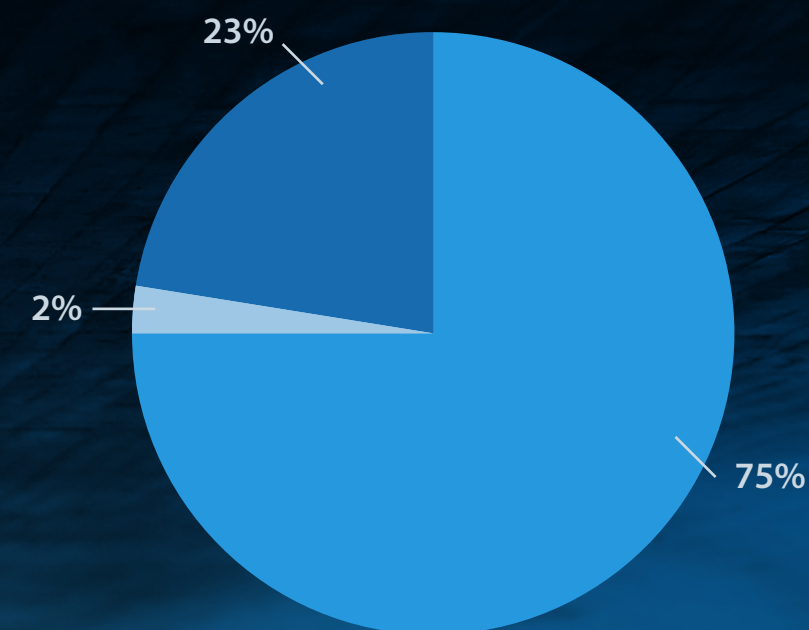
Além disso, pensando em modernizar o processo de contratações, o Senado Federal consolidou, em 2023, o uso da nova ferramenta do sistema Compras.gov.br que traz uma versão 100% digital da fase de elaboração de Estudos Técnicos Preliminares (ETP). O módulo ETP Digital foi incorporado ao rito de contratações da Casa sem custos e trouxe benefícios imediatos, como a possibilidade de os executores redigirem o estudo de forma colaborativa e consultarem qualquer ETP já publicado no sistema, de modo a obter referências para o trabalho.

Planejamento estratégico e acompanhamento de resultados

Parte do sucesso da gestão do Senado Federal pode ser conferida à eficiência de seu planejamento. O órgão adota, para isso, uma sistemática simples, objetiva e flexível, chamada OKR (Objectives and Key Results). Utilizada no setor privado há alguns anos, essa metodologia começou a ser aplicada no Senado em projetos específicos. A partir de experiências exitosas, em 2020, a Casa passou a implementar ciclos de OKRs Estratégicos no órgão.

A cada período, são definidos objetivos estratégicos para a instituição, atrelados a resultados-chave com os respectivos indicadores. Isso permite estruturar uma visão de médio e curto prazo para estratégia, com parâmetros para aferição do cumprimento das metas. O acompanhamento dos OKRs acontece de maneira contínua, por meio do Comitê de Governança e Gestão Estratégica, que promove reuniões periódicas para monitorar e dirigir o desempenho, bem como para realizar alterações nos elementos que julgue necessários.

O ano de 2023 marcou o final de um ciclo de OKRs (2021-2023) e o começo de outro (2023-2025). O primeiro deles, iniciado em novembro de 2021 e finalizado em janeiro de 2023, contou com 75% dos KRs efetivamente trabalhados no período, com atingimento total ou parcial dos indicadores. Confira o detalhamento do ciclo no gráfico a seguir:



- KRs suspensos por força maior
- KR cancelado por inexistência do objeto no mercado
- KRs trabalhados

Já o ciclo que se inicia (2023-2025), conta com 7 objetivos estratégicos e 41 resultados-chave descritos no total. Eles incluem temas diversos, como aumento da eficiência e racionalidade do uso de recursos públicos, fortalecimento da transparência e comunicação, readequação da estrutura física, valorização de pessoas, entre outros.

Quadro de servidores fortalecido

Da perspectiva de gestão de pessoas, o principal resultado obtido no ano de 2023 foi a renovação do quadro de servidores efetivos do órgão. De janeiro a outubro deste ano, 262 servidores e servidoras passaram a integrar o corpo funcional do Senado, o que representa um aumento de quase 15% da carreira. O incremento vem acontecendo em etapas e tem impactado positivamente diversas áreas, como a Consultoria Legislativa, a Advocacia e a Polícia do Senado.

Para viabilizar o certame, uma Comissão Examinadora, formada por sete servidores e servidoras da Casa, conduziu um longo e complexo trabalho, que incluiu desde a escolha da banca organizadora até a elaboração dos editais que compuseram a seleção. O processo contou com cinco seleções, com vagas para: analista em 10 especialidades, analista na área de registro e redação parlamentar, advogado, consultor legislativo e técnico legislativo na função de policial legislativo.

Os aprovados participaram de um curso de integração, composto de palestras, orientações e visitas às áreas administrativas e legislativas da instituição. Assim, ao iniciarem suas novas rotinas de trabalho, já tinham boa noção acerca do modo de funcionamento da Casa. Outro diferencial do concurso foi o fato de que, pela primeira vez, houve reserva de vagas para candidatos negros, conforme previsão da Lei 12.990/2014.

Luana Santos, da Secretaria de Atas e Diários, está entre as 44 pessoas que ingressaram no órgão por meio da medida afirmativa de cotas raciais. Desde janeiro de 2023 na condição de servidora efetiva, ela conta que o aprendizado tem sido a palavra de ordem desde o dia de sua posse. Segundo Luana, o trabalho dos colaboradores e colaboradoras do Senado coopera para o fortalecimento do País.

—Durante esse tempo, tenho me dedicado a aprofundar a compreensão das dinâmicas institucionais e internalizar as habilidades necessárias para realizar um trabalho de excelência. Os conhecimentos exigidos pelo concurso são uma parcela importante, contudo, é indispensável aprimorar cada dia mais as competências interpessoais para entregar um resultado compatível com a grandeza da Casa— destacou.

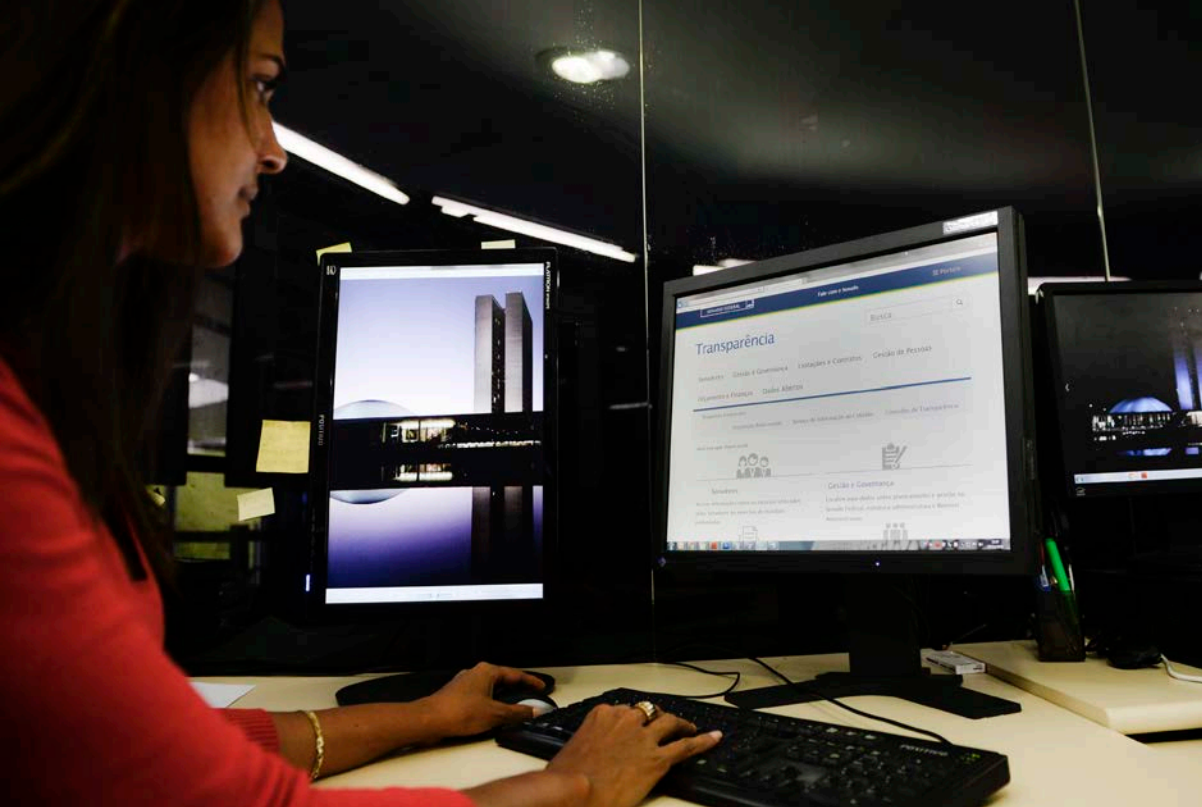


Transparência

A democratização do acesso à informação, a interação com o cidadão, a garantia do controle social sobre órgãos e serviços públicos e a transparência das contas públicas são diretrizes importantes para a atuação das áreas e para o desenvolvimento de projetos no Senado Federal. Seja nos canais de comunicação da Casa ou por meio da disponibilização de informações relevantes sobre o funcionamento do Legislativo, o principal objetivo é construir um espaço transparente e acessível a todos os cidadãos e cidadãs do País.

Como exemplos de iniciativas alinhadas ao compromisso da transparência, destacam-se os atendimentos realizados pela Ouvidoria do Senado, o intenso trabalho dos veículos de comunicação da Casa e a disponibilização de plataformas, como o Panorama Legislativo, que possibilitam o acesso, de forma intuitiva, a informações públicas. Neste sentido, também cabe mencionar a nova funcionalidade do Sistema SIGA Brasil, que permite ao cidadão rastrear os recursos federais de cada emenda parlamentar.

Leia mais sobre as iniciativas do Senado em prol da transparência a seguir.



Informação de qualidade para a população

Em virtude de seu compromisso com a transparência, o Senado Federal realiza um trabalho de comunicação para aproximar-se do cidadão. Ele está na Internet, nas redes sociais, na televisão e no rádio, sempre com informação de qualidade, precisa e gratuita. São várias as frentes de atuação utilizadas para atingir os diferentes públicos.

Apenas no último ano, no Portal Senado Notícias, foram publicados mais de **oito mil trabalhos jornalísticos**, entre textos, fotos, áudios, vídeos, notas em tempo real e postagens multimídia. No mesmo período, o Portal registrou **24 milhões de visualizações de páginas e 15,7 milhões de usuários únicos**.

Nas redes sociais, a atuação da Casa também é expressiva, com oito perfis ativos: Instagram, X/Twitter, Facebook, WhatsApp, Telegram, LinkedIn, TikTok e Kwai. Além disso, é feito o monitoramento com escuta social na plataforma X/Twitter, produzindo relatórios diários que identificam e analisam os principais assuntos e atores ligados ao Senado Federal e mobilizados naquela rede. Quanto ao aplicativo de mensagem WhatsApp, o Senado foi uma das escolhas pioneiras da empresa Meta para abrir um canal de mensagens – recurso novo da plataforma –, cuja liberação gradativa começou em meados de setembro de 2023. Em menos de um mês, o Senado já somava mais de 63 mil seguidores.

No tocante à comunicação pública, o Senado também se destaca na produção de conteúdo de qualidade para rádio e televisão. Por meio do serviço de radioagência, a emissora distribui seus conteúdos para mais de quatro mil emissoras espalhadas por 1.533 municípios, cerca de um terço dos existentes no País. Em 2023, o número de downloads de áudios no canal aumentou cerca de 30%. O mesmo ocorre com a TV Senado Agência, que trabalha na disponibilização de conteúdo às televisões parceiras e às entidades da sociedade civil que precisam de trechos ou íntegras da atividade legislativa, atual ou histórica. Atualmente, são 530 usuários, entre emissoras públicas e privadas, agências de notícias, produtoras e cidadãos com interesses variados.

Além disso, a TV Senado transmite diariamente as atividades legislativas que ocorrem na Casa, 24 horas por dia, inclusive aos fins de semana, podendo ser sintonizada em canal aberto digital, por antena parabólica ou TV por assinatura. Pioneira na transmissão multicanais ao vivo pela Internet, a TV alcançou um crescimento expressivo no YouTube nos últimos anos. No começo de 2021, a TV Senado somava 650 mil inscritos. Desde então, mais de 800 mil pessoas adicionais passaram a acompanhar o canal, ultrapassando a marca de 1.45 milhões de inscritos em 2023. **No ano, foram mais de 48,8 milhões de visualizações de conteúdos na plataforma.**

A Casa também atua incessantemente para evitar a propagação de notícias falsas, incorretas ou que tenham a finalidade de enganar. Para isso, disponibiliza um canal de interação com o cidadão para a checagem da veracidade de informações sobre o Senado publicadas em qualquer meio. Trata-se do Senado Verifica, serviço que teve ao longo do ano um aumento exponencial de solicitações, especialmente a partir dos ataques do 8 de janeiro. Outro salto quantitativo ocorreu no segundo semestre com a introdução do WhatsApp como meio de entrada de solicitações, adicionalmente aos pedidos via e-mail.

Reforçando seu compromisso com a Transparência, o Senado mantém portal atualizado com informações relevantes de gestão, como dados sobre senadores e servidores, licitações, contratos, finanças, entre outras. Em 2023, a [*página Transparência e Prestação de Contas*](#) contou com acessos de mais de 400 mil usuários e ultrapassou a marca de 1,3 milhão de visualizações.

Além da possibilidade de se informar, os internautas também podem participar ativamente das atividades legislativas, orçamentárias e de fiscalização do Senado no [*Portal e-Cidadania*](#). Criado em 2012, o canal possibilita que qualquer interessado envie ou apoie ideias legislativas; participe de audiências públicas, sabatinas e outros eventos abertos; e opine sobre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e medidas provisórias, entre outras proposições.

Em 2023, foram mais de 28 milhões de acessos à plataforma, com números expressivos de participações no processo legislativo:

8.593 ideias submetidas por 4.605 usuários.

446.130 apoios registrados por 368.602 pessoas.

10 ideias encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sendo que 6 se transformaram em proposição na Comissão.

2 ideias adotadas diretamente por senadores e transformadas em Projeto de Lei.

470 eventos interativos realizados, com 36.160 perguntas e comentários registrados por 14.387 pessoas.

1.190.211 votos em consultas públicas foram registrados por 1.067.107 pessoas, em 2.434 proposições.



— As informações publicadas têm ampliado o debate público sobre temas afetos ao Poder Legislativo. A baixa participação de mulheres e pessoas negras nas câmaras municipais ou o gasto excessivo de alguns desses órgãos são problemas que adquiriram visibilidade a partir de dados disponibilizados pelo projeto —, explica Florian Madruga, um dos autores da aplicação e chefe do Serviço de Gerenciamento de Sistemas da Secretaria de Transparência.

Panorama Legislativo garante acesso a informações das câmaras municipais

Na temática da transparência, uma iniciativa do Senado tem revolucionado o acesso a informações públicas das câmaras municipais brasileiras: trata-se do **Panorama do Legislativo Municipal**. Como resultado, a plataforma acumula prêmios no Brasil e no exterior.

Em 2023, a ferramenta foi agraciada com o Open Government Partnership Awards, uma prestigiosa premiação internacional entregue na conferência global da OGP realizada em Tallinn, capital da Estônia. Representando o Brasil, o Panorama venceu na categoria Américas, consolidando seu papel como um portal inovador e relevante para a cultura de transparência no País. No ano anterior, a plataforma já havia saído vencedora na categoria Soluções do XXVII Prêmio Tesouro de Finanças Públicas, destacando-se por apresentar dados orçamentários de forma compreensível para todos.

Lançado em setembro de 2021, a partir de uma parceria entre Interlegis e DataSenado, e atualmente mantido pela Secretaria de Transparência do Senado, o Panorama permite que qualquer cidadão tenha acesso a informações relevantes sobre mais de 5 mil câmaras municipais, de maneira simples e intuitiva. Isso inclui dados sobre o perfil dos vereadores, o quadro de funcionários, o orçamento das câmaras e muito mais.

Acompanhamento dos recursos orçamentários federais

Ampliando a transparência dos gastos públicos, o Senado Federal lançou, em 2023, nova funcionalidade no sistema **SIGA Brasil**, que permite ao cidadão rastrear os recursos federais de cada emenda parlamentar, desde o valor autorizado pelo Congresso até o seu emprego pela pessoa ou entidade favorecida, em detalhes. O novo Painel Emendas possibilita que qualquer interessado consulte o destino tanto das emendas individuais de cada senador ou deputado federal quanto das emendas de bancada e de comissão, sendo ainda possível realizar pesquisas por unidade da federação, de modo a evidenciar a regionalização na

aplicação dos recursos.

A ferramenta também identifica qual CPF, CNPJ ou entidade recebeu o recurso público, o respectivo valor, a data em que foi realizado o pagamento e a nota de empenho de referência. Tudo com uma interface simplificada e responsiva, garantindo uma navegação amigável para os cidadãos. Para deixar a informação ainda mais clara, o sistema também gera mapas interativos com os recursos destinados às diferentes regiões do País.

A aplicação é, portanto, um valioso instrumento para o controle social, mas vai além. Ela também é extremamente útil para gestores e parlamentares, que agora encontram, em

um único lugar, informações antes só obtidas a partir do cruzamento de diversos bancos de dados.

Essa novidade do sistema SIGA Brasil foi resultado de um ano e três meses de trabalho da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf), em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o Prodasen. Os esforços, agora, são para expandir essa visualização para o restante do Orçamento, permitindo ao cidadão monitorar o destino de cada real empregado na esfera federal.



O SIGA Brasil é um sistema criado pelo Senado Federal para permitir acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, de maneira integrada. O acesso aos dados do SIGA Brasil é público e pode ser realizado pelo SIGA Brasil Relatórios ou pelo SIGA Brasil Painéis.

A primeira interface, disponibilizada em 2004, permite que o usuário monte sua pesquisa de forma personalizada, de acordo com suas necessidades, retornando relatórios com as informações orçamentárias correspondentes. Já a segunda, oferece informações gráficas e interativas, possibilitando análises plurianuais e pesquisas por palavras-chaves. A ferramenta é bastante amigável, e permite ao cidadão obter informações sobre as despesas do orçamento da União, ainda que ele não detenha conhecimento especializado sobre sua classificação ou sobre o processo orçamentário.



Ouvidoria realiza comunicação direta entre o cidadão e o Senado

Considerada um dos principais meios de comunicação da Casa com a população, a **Ouvidoria** do Senado responde diariamente a uma série de questionamentos. Em geral, as perguntas passam por temas como valor do salário mínimo, tramitação de projetos e votação dos senadores. Os contatos englobam opiniões, críticas, sugestões e demandas.

Criada pelo Ato da Comissão Diretora 5/2005, e pela Resolução 1/2005, a Ouvidoria do Senado iniciou suas atividades em 2011. Nos últimos sete anos, realizou mais de 400 mil atendimentos. Entre janeiro e dezembro de 2023, foram feitos 42.811 atendimentos, 22% a mais do que em 2022. Os números mostram que a região Sudeste é a mais participativa, com 29% das manifestações registradas, seguida do Nordeste (15%), Sul (9,47%), Centro-Oeste (9,01%) e Norte (3%).

No caso dos atendimentos relativos à Lei de Acesso à Informação, foram processadas, no último ano, 873 demandas. Isso representa crescimento de 47% frente ao ano de 2022, que registrou 594 pedidos de informação amparados na LAI.

O setor conta com uma equipe especializada em atendimento ao público e voltada à missão de sanar dúvidas e recolher as opiniões do povo brasileiro. Atualmente, 40 colaboradores são responsáveis por atender às demandas recebidas. Em alguns casos, quando necessário, as perguntas são encaminhadas a gabinetes de senadores, comissões ou demais órgãos da Casa.

Inovação em tecnologias e processos

Ao longo do último ano, o compromisso incessante do Senado Federal com a inovação pôde ser visto em uma série de projetos e iniciativas. Os esforços resultaram em avanços que impactaram não apenas a comunidade interna, mas também a população em geral. A Casa entende que, ao aprimorar suas atividades e processos, está contribuindo para a prestação de um serviço público de qualidade.

Uma das iniciativas que marcaram 2023 é o Desafio de Inovação, que integra o conjunto de ações previstas no Sistema de Inovação e Empreendedorismo Corporativo (SIEC) do Senado Federal, cujo objetivo é estimular a participação dos colaboradores da Casa no desenvolvimento de soluções inovadoras. Também mereceu destaque a atuação do órgão na Rede Legislativa de Governança e Gestão (ReGov), uma associação sem fins lucrativos integrada por casas legislativas dos níveis federal, estadual e municipal.

Em seguida, confira mais detalhes sobre as ações do Senado voltadas à modernização dos recursos de tecnologia da informação e à evolução dos processos de trabalho do órgão, em prol do aumento da eficiência e da obtenção de melhores resultados nas atividades administrativas e legislativas:



Patrocinadores, organizadores e finalistas do primeiro Desafio de Inovação se reúnem em evento de premiação e comemoram resultados da iniciativa.

Desafio de Inovação

Em 2023, o Senado lançou a primeira edição do ***Desafio de Inovação***, com o intuito de estimular a participação de colaboradores da Casa no desenvolvimento de soluções inovadoras e que contribuam para a prestação de um serviço público de excelência. A ação teve a temática “200 anos e além”, em referência ao bicentenário do Senado, a ser comemorado em 2024.

O Desafio é parte de um trabalho mais amplo em prol da inovação na Casa, instituído por meio do Ato do Presidente nº 15/2022, que estabelece o Sistema de Inovação e Empreendedorismo Corporativo no Senado Federal. A iniciativa busca valorizar a atitude empreendedora dos colaboradores do Senado Federal e incentivar o corpo funcional a apresentar ideias voltadas à qualidade da gestão e do processo legislativo.

O Sistema é composto por quatro linhas de ação: parlatório, inovação aberta, portas abertas e campanha de desafio. O Desafio de Inovação integra esta última.

Para viabilizar a dinâmica da competição, o Desafio foi dividido em duas categorias: APPrimora, que buscou propostas de aperfeiçoamento de processos de trabalho aplicando as tecnologias disponíveis na organização (APEX, Power Automate, Power App, Outlook, Teams, Planner, QlikSense etc); e Senado em Jogo, cujo principal objetivo foi o de reunir sugestões de jogos de tabuleiro que promovessem o aprendizado sobre as instituições políticas, tendo como público-alvo jovens de Ensino Médio.

O Desafio foi aberto a todos os colaboradores do Senado – servidores efetivos, ativos e inativos, comissionados, cedidos, terceirizados, voluntários, estagiários e menores aprendizes – e reuniu 80 propostas, no total. Todas as sugestões foram analisadas pelo Núcleo de Apoio à Inovação (Nainova), com apoio de um conselho consultivo, seguindo os critérios definidos em edital.

Na última fase, foram selecionados cinco projetos de cada categoria para prototipagem, quando os finalistas tiveram a oportunidade de aperfeiçoar suas ideias, com suporte do Nainova e da Secretaria de Tecnologia da Informação, o Prodasen. Nessa fase, foram realizadas entrevistas com usuários e áreas de negócio impactadas,

construção de protótipos e experimentos com diversos públicos, além de promovida uma mostra, para que todos no Senado pudessem conhecer melhor as propostas finalistas.

O anúncio dos vencedores ocorreu em agosto do ano passado. Na categoria APPrimora, o primeiro lugar ficou com a solução “PowerApp para assessores dos membros de comissão”, de autoria do servidor Airton Aragão, da Secretaria de Apoio à Comissão de Meio Ambiente. Já na modalidade Senado em Jogo, a proposta selecionada foi “Demokratia - O Jogo da Democracia”, de Valter Rosa Júnior, integrante da Assessoria Técnica da Secretaria de Comunicação. Os respectivos autores receberam, cada um, o prêmio de R\$ 10 mil.

Além da premiação para os vencedores, a competição contou com menções honrosas de R\$ 1 mil para os finalistas da categoria APPrimora. Os prêmios em dinheiro foram possíveis graças aos patrocínios da Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal (Alesfe) para a categoria Senado em Jogo e do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), para a APPrimora.





Intercâmbio de experiências

Em busca do aprimoramento constante e comprometido com a governança pública, o Senado Federal é membro fundador da Rede Legislativa de Governança e Gestão (ReGov), uma associação sem fins lucrativos criada em novembro de 2017 e integrada por casas legislativas dos níveis federal, estadual e municipal. A instituição busca fomentar o intercâmbio de experiências, informações técnicas e melhores práticas, incentivando as discussões sobre o tema em todos os níveis federativos.

Como parte das atividades da Rede em 2023, a Casa participou do VI Encontro Nacional da ReGov, realizado em novembro, na cidade de Fortaleza. O evento fez parte da programação da XXVI Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE) e contou com a presença de representantes de 15 casas legislativas, de todas as regiões do Brasil.

Na ocasião, o Senado participou de painel sobre alternativas para aprimoramento da transparência no Legislativo e colaborou com as discussões envolvendo gestão da inovação. Durante o encontro, também foi apresentada a experiência exitosa do Núcleo de Apoio à Inovação em assessorar a Casa nas ações que se relacionam a inovação, gestão da mudança e transformação da cultura organizacional.



Modernização tecnológica em prol da missão do Senado

A evolução constante de processos de trabalho e a difusão de novas soluções norteiam o trabalho de gestão de Tecnologia da Informação no Senado Federal. Em 2023, a Casa desenvolveu projetos voltados à atualização tecnológica, ampliação da rede sem fio, atualização da plataforma de banco de dados e aprimoramento da segurança cibernética, entre outras. As aquisições de equipamentos e serviços de TI representaram parte substancial dos recursos de investimento aplicados no ano de 2023, como detalhado neste Relatório na página [38](#), devido à importância estratégica que possuem para as atividades da instituição.

Um dos projetos executados no último ano destina-se à modernização do parque de estações de trabalho do Senado. A gestão realizou os procedimentos necessários à compra de 1.720 novos computadores de mesa e 455 notebooks, que substituirão em breve o maquinário dos gabinetes parlamentares e de outras áreas críticas da Casa, de modo a aumentar o desempenho nas tarefas cotidianas.

Ademais, houve expansão da rede sem fio do Senado Federal, a fim de oferecer maior cobertura Wi-Fi nas dependências do órgão, alcançando áreas que ainda não eram atendidas, bem como garantindo uma conexão mais estável para uso de aplicações de voz, vídeo e mensagens em tempo real. Para isso, foram adquiridos 424 novos pontos de acesso, distribuídos entre o Plenário e demais espaços da Casa, incluindo ainda cinco pontos remotos para uso em atividades externas, assim como foram atualizados os softwares relacionados.

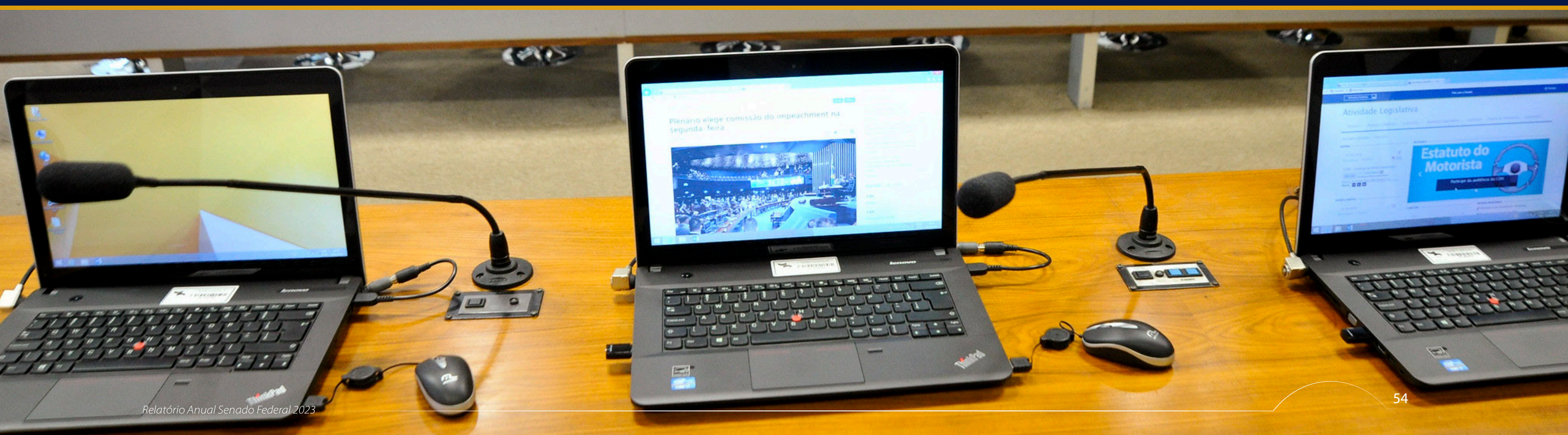
Também foi realizada a aquisição de novos *storages*, equipamentos utilizados para o armazenamento de dados. O novo dispositivo é mais moderno e tem desempenho bastante superior ao anterior, facilitando a manutenção e garantindo a expansão da capacidade de armazenamento do Senado, em conformidade com as necessidades da instituição. Ele ainda permite a diminuição do consumo de energia e a otimização do espaço físico dos *datacenters*. Adquiriram-se, ainda, servidores de banco de dados na forma de nuvem privada baseada na infraestrutura Oracle, proporcionando mais segurança da informação e novas funcionalidades.

Outra melhoria relevante da perspectiva da segurança cibernética foi a estruturação de um processo corporativo para relato de incidentes de segurança, em conformidade com normas, decretos e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, sete cursos em segurança cibernética foram ofertadas ao corpo funcional da Casa no último ano, atendendo às recomendações do Tribunal de Contas da União e promovendo o acultramento corporativo no tema.

Também em 2023, foi realizado um programa contínuo de testes de invasão, para descoberta de pontos de vulnerabilidade no ambiente informacional do Senado.

Essa prática permite que a equipe técnica realize ajustes de maneira antecipada a ações de malfeitores e reduz consideravelmente o risco de sucesso dos ataques.

As ações de defesa contra ataques cibernéticos têm sido executadas de forma coordenada, seguindo o Plano de Ação em Segurança Cibernética (PASC) 2023-2025. As iniciativas são orquestradas pelo Núcleo de Segurança da Informação em TI (NSITI), vinculado ao Prodasen, em parceria com diversas Secretarias da Casa, tendo como objetivo reforçar a proteção da informação do Parlamento, melhorar aspectos de conformidade e garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e ativos corporativos.




```
lo.radio - [~/plone-4-1/src/senado.radio] - .../senado/radio/migrate/checa_audios.py - PyCharm Co
View Navigate Code Refactor Run Tools VCS Window Help
migrate | checa_audios.py
interfaces.py | audio.py | field.py | mp3info.py | migra_legacy.py | checa_audios.py
__init__.py
audio.py
bloco.py
blocoout.py
conteudo.py
conveniada.py
destaqttag.py
imagem.py
pagina.py
parcena.py
programa.py
tipoprograma.py
locales
migrate
__init__.py
audio_fix.py
carga_vocabulario.py
checa_audios.py
pon_import.py
migra_legacy.py
pb.sql
profiles
skins
static
tests
__init__.py
_overrides.zcml
configure.zcml
interfaces.py
setup.py
setuphandlers.py
utils - /plone-4-1/src/senado.u
senado.widgets - /plone-4-1/
gluglur
1000 | Terminal | Version Control | Python Console
a: line too long (125 > 120 characters)
```

```
33 self.request.response.write(mensagem.encode('latin', 'ignore') + '\n')
34 except Exception as e:
35     logger.info('Erro ao exibir log: ' + e.message)
36     self.request.response.write('Erro ao exibir log: ' + e.message + '\n')
37     return
38
39 self.request.response.write(' ' * 1600) # enche buffer do browser para evitar
40 mostra_log('-----')
41 mostra_log('-- audio fix: corrige informação de duração por áudios ausentes --')
42 mostra_log('-----')
43
44 # define diretório de áudio
45 storage_path = os.path.expanduser(self.request.form.get('diretorioaudio', ''))
46 mostra_log('Diretório de áudio: ' + storage_path)
47 if not os.path.isdir(storage_path):
48     mostra_log('Erro. Diretório não encontrado.')
49     return
50
51 audios_orfaos = [] # arquivo de áudio extra, ao qual nenhum objeto faz referência
52 audios_multref = {} # arquivos de áudio com mais de um objeto fazendo ref
53 audios = {} # { 'nome do arquivo' : 'URL do objeto' }
54
55 mostra_log('Buscando objetos de áudio...')
56 catalog_audio = Peer.search(Audio)
57 len_catalog_audio = len(catalog_audio)
58 mostra_log('Total de objetos de áudio: %s' % len_catalog_audio)
59
60 # passo 1: coleta todos os objetos de áudio
61 t = 0
62 for x in catalog_audio:
63     t += 1
64     if t % (len_catalog_audio/10) == 0:
65         sq_base(self.context).p_fac.db().cacheMnimize()
66         mostra_log('%d%% concluído. %d kb.' % (int(0.5 + 100.0*t/len_catalog_audio),
```

Entre as melhorias realizadas nos sistemas do Senado no ano de 2023, vale destacar as novas funcionalidades trazidas à plataforma Legis, de gestão de processos legislativos. Foram incluídos recursos específicos de gerenciamento de documentos arquivísticos e a função de assinatura de documentos nas Comissões. Outro aprimoramento diz respeito à possibilidade dos documentos apresentados no Congresso Nacional serem assinados simultaneamente por senadores e deputados.

Foi implantado novo sistema de gestão de presenças, ausências, licenças e votações dos parlamentares, o Ente, em substituição ao Parlam; e foi desenvolvido o Lexedit Web Emendas, que habilita senadores, assessores e cidadãos a redigirem emendas legislativas com observação correta da técnica legislativa.

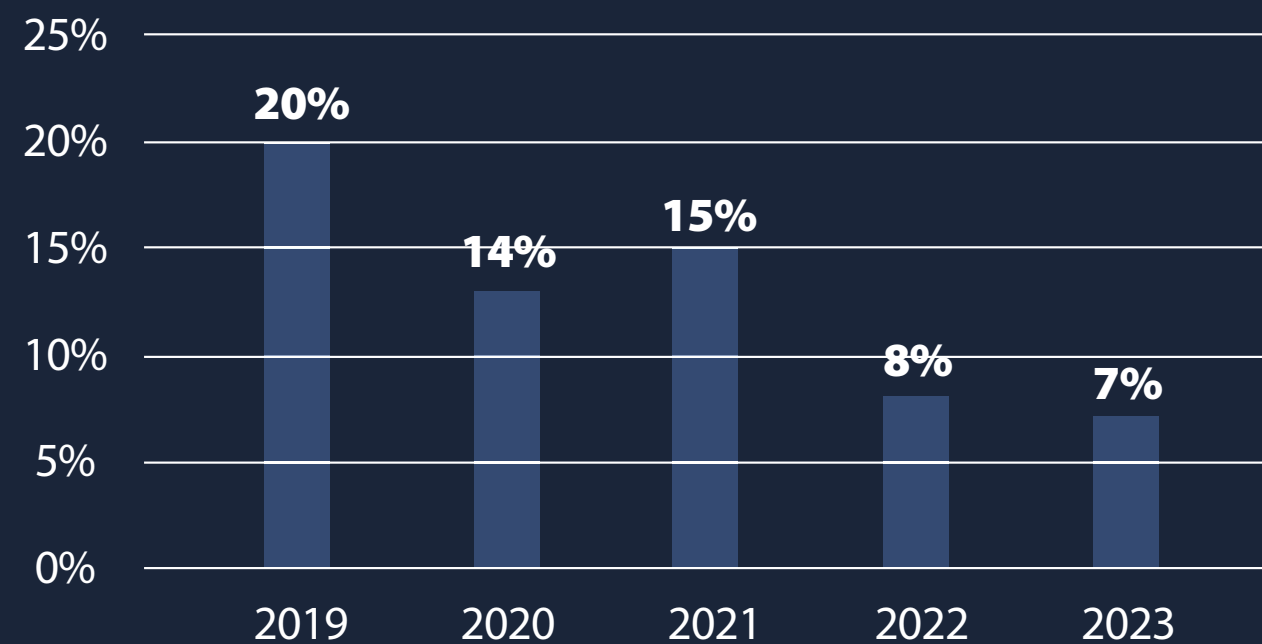
Além disso, houve, em 2023, a disponibilização do Painel de Matérias Legislativas Galileu 2.0, com informações das matérias legislativas e de sua tramitação.

Com relação aos sistemas voltados às atividades-meio, vale destacar a atualização da Central de Serviços Administrativos (CSA) que, pela primeira vez, permitiu que o processo de recadastramento anual dos servidores do Senado acontecesse de maneira 100% virtual. A nova aplicação provê recursos como a conferência das informações on-line e em tempo real e a possibilidade de utilização em dispositivos móveis. Isso garantiu mais agilidade ao procedimento e a alocação de menos servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas para o acompanhamento da atividade.

Outra plataforma aprimorada em 2023 foi o Sistema de Normas Administrativas (NADM). Visando melhorar a usabilidade e desempenho da aplicação, o Serviço de Informação Administrativa do Senado (SEINFADM) constituiu um conselho de usuários para reunir boas práticas e compartilhar experiências. Também realizou, em parceria com o DataSenado, pesquisa com 440 respondentes para identificar os perfis e as necessidades dos seus usuários. O trabalho resultou em correções de falhas sistêmicas e inclusão de novas funcionalidades, além de servir de subsídio para projetos de melhorias ao longo do ano de 2024.

A preocupação com o aperfeiçoamento constante dos sistemas da Casa é evidenciada pela curva decrescente do indicador de erros inesperados (bugs) nas plataformas do Senado. Em 2019, 20% dos problemas reportados à Central de Atendimento de TI do órgão eram referentes a falhas nas aplicações. Esse percentual tem caído ano a ano, chegando em 2023 à marca de apenas 7%, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Representatividade de quantidade de bugs sobre o total de tíquetes de atendimento



Destaca-se que, ao longo do último ano, as equipes técnicas esforçaram-se tanto para realizar a manutenção e suporte contínuo dos sistemas existentes, garantindo sua estabilidade, segurança e disponibilidade, quanto para desenvolver novos sistemas e serviços. Em 2023, foram realizadas 6.988 atividades de manutenção, 24% a mais do que no ano anterior; e executadas 6.824 ações de criação e evolução de funcionalidades, montante 12% superior ao registrado em 2022.

Vale ressaltar que a gestão de Tecnologia de Informação do Senado é orientada pelo terceiro **Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**, cuja abrangência teve início no ano passado e segue até janeiro de 2025. Na prática, o plano pode ser entendido como um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, com o intuito principal de atender às necessidades tecnológicas da Casa.

Nele, são elencadas diretrizes corporativas, analisados riscos organizacionais e acolhidas diversas demandas originárias das áreas da Casa, transformadas em projetos, para os quais se definiu a respectiva prioridade, cronograma e equipes de execução, bem como demanda de recursos de natureza orçamentária. Dos 173 projetos ativos para o período, 71 foram trabalhados já em 2023, alcançando 131 resultados-chave, isto é, 131 entregas que agregaram valor diretamente à atividade do Senado.





Ficha Técnica

Coordenação: Diretoria-Geral

Produção: Márcio Tancredi, Gabriela Borges, Wennder Fidelis, Leonardo Vidal e Rogério Dy La Fuente

Redação e edição de textos: Bárbara Vasconcelos, Patrícia Fernandes, Rogério Dy La Fuente e Márcio Tancredi

Revisão textual: Marcius Fabiani de Souza e Rogério Machado

Diagramação: Thomás Côrtes

Fotos: Agência Senado, Coordenação de Divulgação e Adobe Stock